

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

**Rerian Madruga Farias**

**“SÓ QUEM VIVE PODE DIZER”:** a experiência de licencia(n)das em  
processos educativos com mulheres em situação de prisão.

Porto Alegre

2º Semestre

2017

**Rerian Madruga Farias**

**“SÓ QUEM VIVE PODE DIZER”:** a experiência de licencian(d)as em processos educativos com mulheres em situação de prisão.

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera

Porto Alegre

2º Semestre

2017

*O entendimento do que é esse cárcere [...],  
a gente não tem noção.*

*Só quem tá lá que sabe o que que é.*

*E a gente tem uma pequena noção.*

*Quando a gente vai lá, é [que] se sente.*

(Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

## **Agradecimentos**

*Aos meus pais que sempre me incentivaram a continuar os estudos. A minha mãe por me mostrar a força de uma mulher que mesmo na dor continuar lutando. Ao meu pai que sempre acreditou na minha capacidade, foi o meu maior exemplo de resistência e humanismo.*

*Ao meu irmão que compartilhou comigo momentos maravilhosos (e até penosos) da nossa infância e juventude.*

*Aos meus familiares por todo amor e apoio que me deram ao longo da vida.*

*A minha avó Ruth, a minha dinda Zila, e a minha mãe Clara Regina por serem os meus melhores exemplos de professoras. No qual eu já aprendia antes mesmo de entrar na Universidade. Muito obrigada por me mostrarem o quanto é importante uma mulher negra batalhar pelos seus ideais.*

*Ao meu filho Alexandre que irradia meu dia todas as manhãs com seu sorriso e olhar encantador.*

*Ao Everton por estar ao meu lado e dividir comigo a sua vida e o seu amor. Por me apoiar e incentivar nos momentos de desânimo e festejar comigo todas as nossas vitórias.*

*A minha orientadora e professora Aline, por me acolher e me apresentar as outras faces da Universidade, que mesmo sem saber me incentivou não desistir dessa conquista. A qual admiro e tenho muito carinho pelo seu potencial e por suas vivências.*

*As minhas amigas e colegas Mariana, Verônica, Carine, Claudia, Salete e Ingrid por partilharem comigo seus saberes, angústias e alegrias. As grandes gargalhadas e olhares confiantes que fizeram da nossa caminhada um caminho mais prazeroso.*

*As minhas entrevistadas, por partilharem suas vivências comigo, me permitindo refletir sobre o nosso fazer docente.*

*E aos docentes dessa Universidade que acreditam na Educação Popular e na valorização dos saberes.*

*Agradeço também à banca examinadora composta pela Professora Ana Godinho e por Juliana Cuozzo, por terem aceitado o convite e pelas contribuições desse trabalho de conclusão de curso.*

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da experiência de licencianda(s) do Curso de Pedagogia da UFRGS no Programa de Extensão Universitária “*Justiça com as próprias mãos*”: *manualidades e direitos humanos das mulheres* (UFRGS/FACED/DEESP), oportunidade em que realizaram práticas educativas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP) em espaço não escolar. Analisa-se a relevância de suas experiências para a formação docente e pessoal, a partir do entendimento da importância da extensão universitária para a comunidade acadêmica e para a sociedade. A pergunta que orientou a pesquisa realizada foi: Como a experiência em processos educativos não escolares com mulheres em situação de prisão, contribuiu para a formação de licencianda(s) do Curso de Pedagogia que atuaram neste contexto? Realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três licencianda(s) em Pedagogia. Dialogou-se com estudiosos de diversas áreas: da Educação em Prisões (JULIÃO, 2007; ONOFRE, 2007); da Educação de Adultos (PINTO, 1982; CUNHA, 2014); e, também, a legislação e algumas reflexões sobre os direitos humanos das mulheres (TELES, 2006). A partir das análises, percebeu-se que a atuação com mulheres em situação de prisão fez com que as licencianda(s) refletissem sobre os estigmas relacionados a elas. Perceberam as semelhanças, relativas ao gênero, entre elas e as mulheres encarceradas, na luta por direitos humanos. Suas aprendizagens e contribuições para a docência envolveram processos de humanização, de reconhecimento dos saberes populares, mais autonomia na docência, o entendimento da *práxis*, entre outros. Também destacaram que experimentar possibilidades de estudos sobre a educação, incluindo o sistema prisional, foi algo singular para a sua formação.

**Palavras Chave:** Educação de Mulheres. Educação em Prisões. Extensão Universitária. Práticas Educativas não escolares.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
	2.1 DIREITO À EDUCAÇÃO (ESCOLAR E NÃO ESCOLAR) NO SISTEMA PRISIONAL	10
	2.2 SUJEITOS DA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO PRISIONAL .....	14
	2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES, DOCÊNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	19
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	23
	3.1 EM PAUTA: O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS”: MANUALIDADES E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES .....	23
	3.2 CAMINHOS: PERCORRIDOS E A PERCORRER .....	24
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	31
	4.1 ADENTRANDO AO PROGRAMA DE EXTENSÃO E NO SEU ESPAÇO DE ATUAÇÃO .....	31
	4.2 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS PARA O TRABALHO COM AS MULHERES .....	34
	4.3 MEDOS E OLHARES SOBRE A PRISÃO .....	36
	4.4 PERSPECTIVAS DAS LICENCIA(N)DAS COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO .....	39
	4.5 FATOS MARCANTES DA EXPERIÊNCIA COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO .....	42
	4.6 EU E ELAS: MUNDOS NEM TÃO DISTANTES ASSIM .....	45
	4.7 APRENDIZAGENS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE.....	47
	4.8 PARECER CONSTRUTIVO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROGRAMA DE EXTENSÃO .....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	58

# 1 INTRODUÇÃO

No início de minha vida acadêmica na UFRGS<sup>1</sup>, surgiu o interesse em estudar e pesquisar sobre os espaços não escolares. Eu já havia me formado no Curso Normal e atuava na área da educação. Contudo, ainda não atribuía sentido à possibilidade de processos educacionais fora do espaço escolar. Pude ter o esclarecimento inicial, quando cursei as disciplinas de *Ação Pedagógica com Jovens e Adultos*, *Seminário Gestão da Educação: Espaços Escolares e Não-escolares* e de *Sociologia da Educação: Espaços Educativos*. Estas, oportunizaram momentos de reflexão, entendimento e aproximação com esse conceito. Ao longo da graduação, mantive-me interessada em conhecer os estudos sobre a educação em espaços não escolares.

No ano de 2015, tive a oportunidade de fazer parte do projeto de Extensão Universitária “*Justiça com as Próprias Mãos*”: *Manualidades e Direitos Humanos das Mulheres*<sup>2</sup>, no qual atuei como bolsista. Esta atividade de extensão veio ao encontro do meu interesse inicial em estudar e, até mesmo, atuar, nos espaços educativos não escolares. Atualmente, este projeto ampliou-se e é um programa de extensão, que tem como objetivo “proporcionar espaços formativos no ambiente prisional, nos quais haja um efetivo diálogo entre os saberes populares e o saber científico” (CUNHA DELLA LIBERA, 2015)<sup>3</sup>. Além dessa proposta, o programa oferece aos bolsistas, aos servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e demais interessados na área, oficinas pedagógicas e seminários de formação, abordando a educação nas prisões e os Direitos Humanos das Mulheres. Suas atividades são realizadas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP)<sup>4</sup> e na Universidade.

Integrei esta atividade extensionista durante três semestres, nos quais tive a oportunidade de compartilhar da organização de projetos, das formações acadêmicas, das reuniões com as instituições assistidas, dos seminários de formação e realizar

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>2</sup> Coordenado pela Prof<sup>ª</sup> Aline Cunha e pela Prof<sup>ª</sup> Ana Godinho.

<sup>3</sup> [https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=30590](https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=30590)

<sup>4</sup> Havia, também, a proposta de atuação no Centro POP I (Porto Alegre), com mulheres em situação de rua, mas não se concretizou.

estudos sobre os Direitos Humanos das Mulheres e sobre a educação no sistema prisional<sup>5</sup>. Pensar e realizar projetos educativos com pessoas em situação de prisão requer a superação de alguns estereótipos sociais, que são depositados sobre os sujeitos apenados e sobre os que os assistem. Na posição em que eu me encontrava, felizmente não foi necessário fazer esse rompimento, pois esses estereótipos já tinham sido questionados por mim. Em meu círculo social, conheci pessoas que viveram o cárcere e que, ao sair, conseguiram superar estigmas depositados em ex-detentos(as). Por esse fato, penso que foi mais estimulante e agradável estudar sobre a educação no sistema prisional.

A experiência com a extensão universitária me alertou para o fato de que os licenciados estão aptos a atuarem na educação em prisões, podendo realizar concurso na área. Contudo, o curso de licenciatura em Pedagogia da UFRGS, por exemplo, não oferta em seu currículo, disciplinas sobre a atuação no cárcere. Participar de atividades na extensão universitária que abordem o tema, sendo uma atividade extracurricular no qual o graduando tem a opção ou não de participar, restringe a abordagem. Mesmo estando presente na extensão, sua visibilidade é pequena. Desse modo, saliento a importância de discutirmos sobre tal temática nesse estudo.

Sabendo que a educação em prisões é um campo oculto nos cursos de licenciatura, mas que pode ser oportunizada para alguns licenciand@s por meio de programas de extensão, dedico-me a **analisar como a experiência com a educação em prisões em um espaço não escolar tem influenciado a formação das licencianda(s)**<sup>6</sup>.

Nessa conjuntura, se faz necessário compreender as atuais discussões/pesquisas, que envolvem a educação em prisões. Trago, neste estudo, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) realizados por discentes da UFRGS no Curso de Licenciatura Pedagogia, que abordam a educação no contexto prisional, em diferentes dimensões, e a extensão universitária como meio de acesso aos diferentes grupos sociais em seus espaços. Referente a educação nas prisões, Lucivânia S. Rigo

---

<sup>5</sup> Os estudos envolviam leis que tratam dos direitos humanos e do sistema prisional, a partir de autoras feministas (com destaque à Marcela Lagarde y de los Ríos). Também tive a oportunidade de ler contos literários escritos por mulheres (Marina Colasanti, dentre outras) e documentos que envolvem a temática. Também participei de reuniões com as professoras coordenadoras, colaboradoras convidadas e bolsistas.

<sup>6</sup> Estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia e uma já graduada.



(2012) propõe um olhar sobre a dimensão educativa do fazer cotidiano das Agentes Penitenciárias, lotadas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP). Daniele A. Braz (2015) reflete sobre os projetos educacionais que ocorrem dentro do PEFMP. Mariana Leonhardt (2015) provoca a discussão sobre as atribuições e contribuições da escola no processo de reintegração social de apenadas. Jessica C. Serpa (2017) apresenta os desafios e possibilidades da docência nos NEEJAs presentes no contexto prisional com o foco no PEFMP. Quanto aos TCCs referentes à extensão universitária, Jéssica Freitas (2014) apresenta os jovens em conflito com a lei como sujeitos de direitos, a partir da sua experiência como bolsista da extensão universitária em um centro de execução de medidas socioeducativas. Rhayza S. Grossotti (2014) reflete sobre a experiência com a extensão universitária num estudo de caso, em um projeto que associa Educação e Saúde. Salete V. Facco (2015) propõe-se a refletir sobre as formas de aprender e ensinar num espaço não escolar com mulheres quilombolas, atentando seu olhar para a educação ambiental popular. Essas discussões em torno da educação em prisões e a atuação na extensão universitária são relevantes para a compreensão desse ambiente e dos desafios para o campo da Educação.

Conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Mulheres<sup>7</sup> de 2014, 88% das mulheres em situação de prisão no Rio Grande do Sul (RS) estavam sem realizar práticas de estudo. Esse índice indica a falta da promoção de práticas educativas nas prisões ou o pouco alcance que elas têm. Julião e Onofre (2013) destacam que a Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade é um direito humano fundamental. Sendo assim, é dever do Estado ofertá-la, conforme expresso na Lei de Execução Penal (LEP)<sup>8</sup>, a qual “compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”.

Para discutir essas questões apresento os capítulos que compõem esse trabalho. Primeiramente apresento os referenciais teóricos, que subsidiaram este estudo, organizado nas seguintes temáticas: Direito à educação (escolar e não escolar) no sistema prisional; Sujeitos da educação e o contexto prisional; Educação de jovens e adultos em espaços não escolares, docência e práticas educativas. No

---

<sup>7</sup> O INFOPEN Mulheres não passou por atualização, sendo o último levantamento de 2014. Já o INFOPEN (geral) foi atualizado em junho de 2016, sendo publicado em 2017.

<sup>8</sup> Lei nº 7.210/84, Art. 17.

segundo capítulo, exponho a metodologia utilizada para essa pesquisa, assim como os TCCs que se aproximam deste. Na sequência está o terceiro capítulo, em que analiso as entrevistas realizadas com as licencianda(s) do curso. Finalizando o trabalho, apresento o quarto capítulo, onde registro algumas considerações em torno da questão central.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados autores que foram referência nesse estudo. Por meio dos conceitos que abordaram discuto, fundamento e analiso o tema central desta pesquisa. Dessa forma, irei apresentá-los em três temáticas: Direito à Educação (escolar e não escolar) no sistema prisional; Sujeitos da educação e o contexto Prisional; Educação de Jovens e Adultos em espaços não escolares, docência e práticas educativas.

### 2.1 DIREITO À EDUCAÇÃO (ESCOLAR E NÃO ESCOLAR) NO SISTEMA PRISIONAL

É importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em qualquer contexto, é assegurada por um conjunto de leis, que objetivam a promoção e garantia de sua realização. A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 205, garante a educação como direito social de todos os cidadãos, sendo ela dever do Estado. Deve promover no sujeito, o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Por conseguinte, a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN), no seu Art. 37, prevê:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Este artigo caracteriza a modalidade, visando sua destinação, garantia da oferta, o acesso e a permanência, além de apontar os responsáveis pela oferta. Desse modo, a EJA deve atender às condições de vida do educando, levando em consideração suas características e interesses. Assim como dos sujeitos em situação de privação de liberdade, é essencial que as singularidades daquele espaço e das

peças que estão nele, seja levado em consideração ao pensarmos na educação oferecida.

Ao afirmar, na LDBEN, que a EJA é uma modalidade, tornou-se necessária a presença de uma Diretriz Curricular, que atendesse e orientasse os educadores e os gestores educacionais. Desse modo, surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE) da Câmara de Educação Básica (CEB). Neste documento estão previstas as funções da Educação de Jovens e Adultos, com o intuito de melhor atender os educandos e orientar os educadores. Apresento abaixo alguns excertos do Parecer, que são significativos para essa discussão:

[...] a função reparadora [...] restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.

[...] a função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e **encarcerados**. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

[...] **qualificadora [...] ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.** [grifo meu] (PARECER CNE/CEB 11/2000, p. 7, 9, 11)

Destaca-se, dentre as três funções da EJA, a função qualificadora, a qual pretende-se como seu próprio sentido, considerando o inacabamento do ser humano. Freire (1996) ressalta que “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.” (p. 55). Assim entende-se que não há um fim, nas possibilidades de processos educativos de homens e de mulheres. Eles podem ocorrer em diversos espaços de acesso ao conhecimento, sejam eles escolares ou não escolares. Sendo assim, a existência de um Programa de Extensão destinado a jovens e adultos, está respaldado nas funções da EJA.

Percebe-se, também, a relevância da área da EJA para os jovens e adultos, visando as peculiaridades dos sujeitos e o seu propósito de ensino. Na função equalizadora, percebe-se a inserção dos sujeitos que estão em privação de liberdade. Dessa forma, compreende-se que o direito à educação deve transpassar suas sentenças. Os apenados podem estar impedidos de exercer o direito de ir e vir, mas tem garantido, por lei, os seus demais direitos (JULIÃO e ONOFRE, 2013).

Compreendemos que a educação escolar é uma das principais possibilidades de instrução formal para os grupos populares. Contudo, a educação, em seu sentido mais amplo, ocorre independentemente do espaço social em que estejam. No cárcere, a presença da escola se faz importante, ganhando proporções positivas para os apenados. A LEP, na seção V, assegura o direito à Educação Básica e prevê a oferta de formação profissional para quem está recluso:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau (*sic*) será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

[...] Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (Lei nº 7210/84)

Conhecer e fazer cumprir a Lei de Execução Penal é de suma importância para a garantia de direitos dos apenados. Estudiosos da educação em prisões como Julião e Onofre (2013) preocuparam-se em demonstrar, através de suas argumentações, a

importância da educação para os sujeitos em situação de prisão e para a prevenção da reincidência. Basearam suas reflexões no fato de que a educação é um meio para sua instrução, para a socialização dos sujeitos e para o cumprimento de seus direitos como cidadãos (ONOFRE, 2007). No ano de 2011, incluiu-se à LEP, a remição pelo estudo, assegurando que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (LEP, Art. 126). Sendo, então, remido um dia de pena para cada doze horas de frequência escolar.

Sabendo que processos educativos não ocorrem apenas na escola, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Recomendação nº 44 de 2013, compreende a remição através de atividades educacionais complementares.

I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim;

II - para serem reconhecidos como atividades de caráter complementar e, assim, possibilitar a remição pelo estudo, os projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes podem conter, sempre que possível:

- a) disposições a respeito do tipo de modalidade de oferta (presencial ou a distância);
- b) indicação da instituição responsável por sua execução e dos educadores e/ou tutores, que acompanharão as atividades desenvolvidas;
- c) fixação dos objetivos a serem perseguidos;
- d) referenciais teóricos e metodológicos a serem observados;
- e) carga horária a ser ministrada e respectivo conteúdo programático;
- f) forma de realização dos processos avaliativos;

III - considerem, para fins de remição pelo estudo, o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto, neste último aspecto (aproveitamento), quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal (LEP, art. 129, § 1º), ocasião em que terá de comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência, como o aproveitamento escolar.

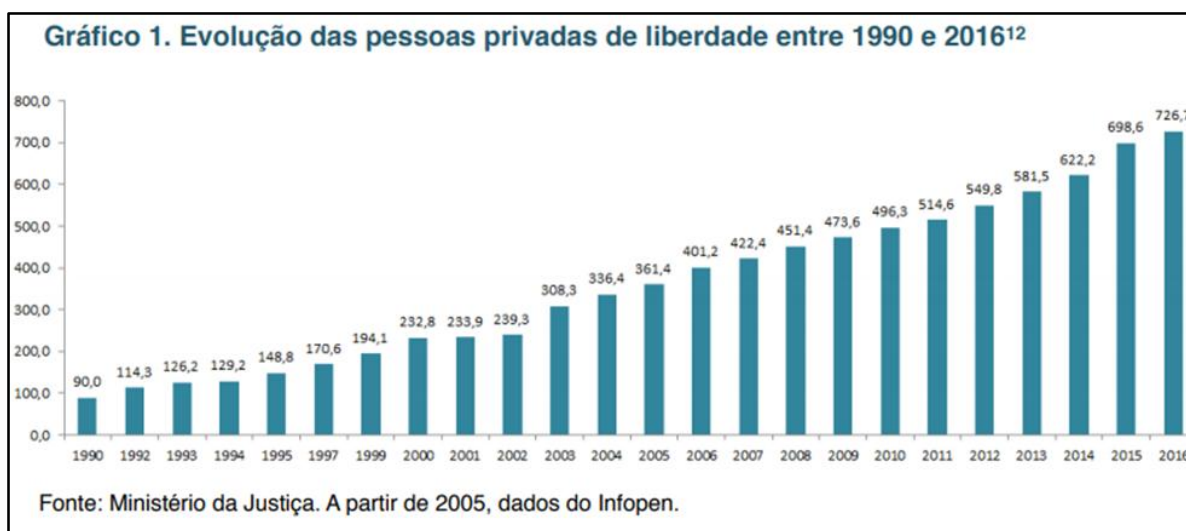
Dessa forma, o programa de extensão universitária “*Justiça com as Próprias Mãos*”: *manualidades e Direitos Humanos das Mulheres*, abordado neste trabalho de

conclusão, através de sua proposta de trabalho, é reconhecido como atividade educativa que permite a remição da pena, também contribuindo para que sejam atendidas as perspectivas do direito à educação no sistema prisional no contexto do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier.

## 2.2 SUJEITOS DA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO PRISIONAL

O número de pessoas que estão em situação de prisão vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. O gráfico abaixo apresentado pelo INFOPEN (2017), demonstra o crescimento da população prisional desde o início dos anos 90:

*Gráfico 1- Evolução da População Prisional no Brasil*



Fonte: [http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf). Acesso em 05 de jan. 2018

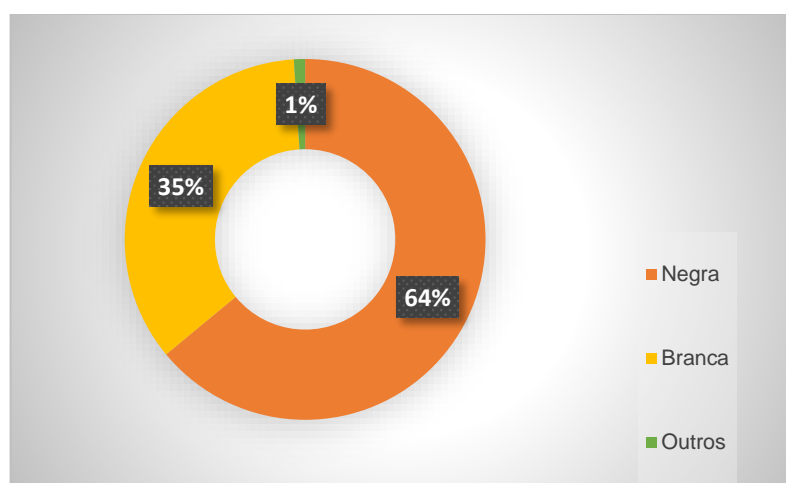
Conforme os dados acima, o Brasil teve um aumento de mais de 104 mil pessoas, desde o último INFOPEN de 2014. Logo, no Rio Grande do Sul (RS), no ano de 2016, havia 33.868 pessoas presas. De acordo com a SUSEPE (Superintendência dos Serviços Penitenciários) em 2017<sup>9</sup>, o número de pessoas presas no RS aumentou para 37.854. Em nível nacional, os dados de 2017 (coletados em 2016) apontam para um crescimento de 707% desde 1990.

<sup>9</sup> Informações consultadas no dia 27 de dezembro de 2017. Dados sujeito a alterações após esta data.

O aumento da população prisional é relevante para este estudo no instante em que analisamos o perfil social desses sujeitos e o seu grau de instrução. Em 2014, aqui no RS se contabilizou que 70% da população prisional não havia concluído o Ensino Fundamental (INFOPEN, 2014). Em 2016 o percentual caiu para 65%, havendo uma redução de 5% nos últimos anos. Contudo, apenas 11% dos apenados no Rio Grande do Sul em 2014 e 7% em 2016 realizavam atividades educacionais. Nesse âmbito, percebe-se um descompasso na execução da lei. Conforme apresentado anteriormente, houve o reconhecimento sobre a importância do estudo ser ofertado para as pessoas em situação de prisão, mas isso não significou que sua oferta acontecesse de forma proporcional às demandas do sistema prisional. Uma vez que o sujeito está sob custódia do Estado, é dever do mesmo garantir os seus direitos. A população prisional aumentou, mas a oferta educativa, não. Isto somado à superlotação de diversas prisões, à negligência aos cuidados de saúde, à pouca oferta de postos de trabalho e de atividades educacionais, aponta para um descaso do Estado frente a esta população.

O perfil das pessoas em situação de prisão no Brasil, não se alterou nesses últimos anos, sendo predominantemente de pessoas negras e com pouca escolaridade:

*Gráfico 2 - Percentual da população prisional conforme raça, cor ou etnia*



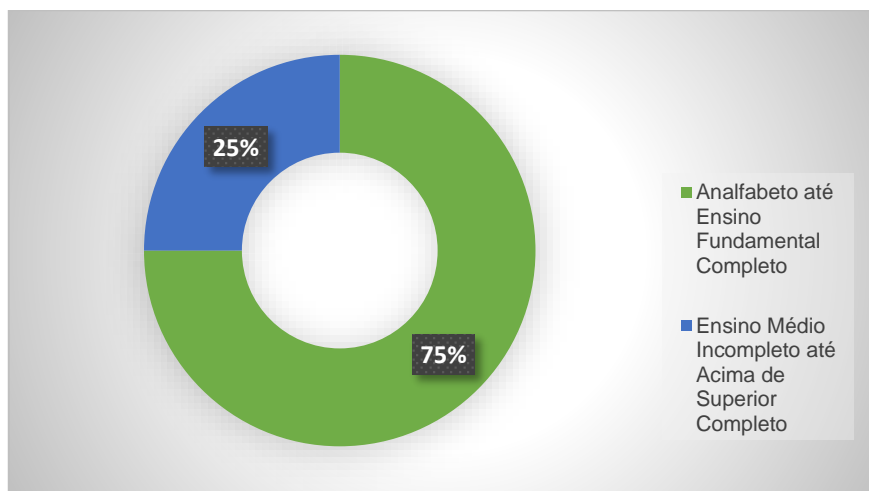
Elaborado pela autora.

Fonte: [http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf).

Acesso em 05 de jan. 2018



Gráfico 3 - Percentual da população prisional referente ao grau de instrução



Elaborado pela autora.

Fonte: [http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf).

Acesso em 05 de jan. 2018

No Rio Grande do Sul, conforme dados da SUSEPE<sup>10</sup> o perfil de pessoas privadas de liberdade, altera-se com relação ao Brasil. No RS a maior parte da população carcerária é composta por pessoas declaradas brancas, sendo o percentual de mais que 60% da população. No entanto, ao referir-se ao grau de instrução, 68% da população prisional não concluiu o Ensino Fundamental, semelhante ao contexto nacional.

Os gráficos e os dados apresentados caracterizam o perfil da população prisional. Levando em consideração que todos os sujeitos reclusos no sistema penitenciário já atingiram a maior idade e não concluíram a Educação Básica, tornam-se potenciais estudantes da EJA. Por sua vez, negros e pardos, historicamente, tiveram a sua escolarização e o exercício da cidadania reduzidos, não acessando direitos básicos. Este fato, gerou a exclusão e discriminação social (PARECER/CNE/CEB, 2000). Para melhor compreender as realidades dos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade, Julião e Onofre (2013) salientam que

São homens e mulheres a quem, ao longo de suas trajetórias, foram negados direitos humanos fundamentais, e que estão diante de uma instituição, que se pretende educativa, no sentido de construir com eles um projeto de vida

<sup>10</sup> Dados consultados no dia 5 de janeiro de 2018. [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=33](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=33)

que lhes permita dar continuidade ao processo de socialização e educação ao longo da vida. (JULIÃO e ONOFRE, 2013, p. 64).

Ao caracterizar os sujeitos, como cidadãos que tiveram seus direitos negados, os autores estão ressaltando a importância de se garantir, naquele espaço, estes mesmos direitos. Estas garantias poderão fomentar novas expectativas de vida e a dignidade na permanência no cárcere.

Uma constatação importante, no que se refere ao contexto prisional, é o aumento considerável de mulheres em situação de prisão. No Brasil, foi apurado um aumento de 567% no intervalo de quatorze anos. No ano 2000, o número de mulheres presas no Brasil era de 5.601 e em 2014 evoluiu para 37.380 (INFOPEN, 2014).

[...] As mulheres submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. (INFOPEN, 2014, p. 5).

Considerando alguns aspectos referentes às mulheres em situação de prisão, como sua baixa escolaridade e trabalho informal, percebemos que também se encontram no grupo de potenciais educandas da EJA. O perfil dessas mulheres, afirma o que Julião e Onofre (2013) destacam: são aquelas que tiveram seus direitos negados por grande período de suas vidas (muitos desses direitos permanecem inacessíveis); que, com dificuldade, sustentavam-se e às suas famílias (alimentação e moradia); além de, muitas vezes, não conseguirem garantir o que almejavam. Devo salientar que isso, por si só, não justifica os delitos que cometeram, nem é essa a minha intenção com essa discussão. Contudo, é um elemento que não podemos ignorar na história de vida destas mulheres.

Ao longo da história, as mulheres passam por situações de discriminação, submissão e violências em diversos âmbitos (TELES, 2006). Sendo assim,

[...] essas relações desiguais de poder são apresentadas como resultado de uma construção social de papéis e funções de subordinação, submissão e opressão impostas às mulheres, por meios institucionais, educacionais e sociais. A sociedade criou, ao longo de sua existência, a discriminação negativa contra as mulheres, ao determinar que elas não deviam ocupar os espaços públicos, deixando-os única e exclusivamente para uma elite masculina. (TELES, 2006, p. 42).

Partindo disto, as mulheres foram postas à margem dos cargos e papéis sociais de reconhecimento e visibilidade. Este cenário, tornou necessário que a luta pela garantia dos direitos humanos das mulheres fosse constante, até mesmo diária. Mesmo sendo reconhecido pela Constituição Federal (1988), que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” e que, por sua vez, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (BRASIL, 1988), mulheres brasileiras vivem constantemente lutando por essa equidade. Conforme Teles (2006, p. 60) “o reconhecimento das mulheres como titulares de direitos humanos é uma conquista histórica, mas ainda não consolidada”, o que ocorre, sem dúvida, com àquelas em situação de prisão.

Para Marcela Lagarde Y de Los Rios (2005), todas as mulheres são presas social e psicologicamente, numa sociedade machista. Neste contexto, as mulheres são controladas, subjugadas e inferiorizadas. Contudo, mulheres em situação de prisão acabam cristalizando os “maus exemplos” para as demais. Além do delito, sobre elas recai, ainda mais, a quebra dos papéis que lhes foram destinados. Foram contra a sua “natureza” de pessoa zelosa, materna, dócil (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005). Embora haja mudança nesta mentalidade, das mulheres ainda não é esperado um delito ou aceito, como o é em relação aos homens, causando sobre elas ainda mais discriminação. Logo, o seu processo de reinserção se torna mais atribulado.

Refletindo sobre as especificidades das mulheres em situação de prisão na atualidade e o direito ao trabalho e ao estudo, a LEP em seu Art. 19, parágrafo único, citado anteriormente, apresenta a necessidade de considerar as peculiaridades da mulher sem que elas sejam prejudicadas por causa disso. O aprisionamento de mulheres apesar de numeroso, ainda é recente<sup>11</sup>. No que diz respeito à Justiça Brasileira e a garantia dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), através da Portaria Interministerial (SPM<sup>12</sup> – MJ<sup>13</sup>) nº 210, de 2014. Este documento tem como objetivo “[...] reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras [...]” (BRASIL, 2014), numa

---

<sup>11</sup> O Madre Pelletier foi a primeira instituição destinada às “mulheres criminosas”, datado do ano de 1936 (KARPOVICZ, 2017).

<sup>12</sup> Secretaria de Política para as Mulheres.

<sup>13</sup> Ministério da Justiça.

perspectiva de melhor compreensão da LEP referente às mulheres. A Portaria 210, atenta para a humanização, prevenção da violência contra a mulher, ao incentivo para o estudo e o trabalho, entre outros fomentos importantes para a cidadania das mulheres reclusas. Nesse âmbito encontra-se, entre diretrizes e metas da portaria 210, o item IV, que trata da humanização das condições do cumprimento da pena, garantindo diversos direitos. Dentre deles está o direito à educação. Este item vai ao encontro de um dos objetivos do Programa de Extensão aqui abordado, o de realizar práticas humanizadoras na educação prisional.

Outra aproximação entre o Programa de Extensão e a Portaria 210, é a proposta de capacitação instituída pela PNAME. Uma das ações que o Programa de Extensão Universitária oferece, é a realização de seminários de formação com oferta para profissionais da área. Neste sentido, a Universidade, por meio da extensão, busca contribuir para a efetivação desta política. A Portaria 210, pode contribuir para que sejam percebidas as especificidades das mulheres reclusas. Precisamos que elas sejam levadas em consideração, principalmente ao se pensar em processos educativos em instituições prisionais, que já carregam a opressão<sup>14</sup> como sua característica.

### 2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES, DOCÊNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

A educação no sistema prisional compõe uma das possibilidades da EJA. Sendo este, conforme Onofre (2015), o viés mais invisível da modalidade. Se ela compõe a EJA, deve ser contínua e considerar as especificidades do contexto no qual está inserida. Historicamente, a educação no sistema prisional constituiu-se a partir das demandas sociais, apresentadas ao longo dos anos. Segundo Julião (2016)

A história das primeiras experiências de educação para jovens e adultos no sistema penitenciário remonta a algumas décadas. Muitas delas surgiram através de experiências isoladas em unidades penais, promovidas por voluntários que se sensibilizavam com a situação dos apenados. Mobilizados por questões de fé ou de ordem ideológica, representantes religiosos ou de

---

<sup>14</sup> Segundo Onofre (2015) o cárcere é “um espaço historicamente marcado pela cultura da opressão e repleto de contradições: isola-se para (re)socializar, pune-se para reeducar.”

organizações não governamentais, agregando suas ações assistenciais, desenvolviam projetos pontuais de alfabetização em espaços improvisados, sem qualquer apoio dos gestores locais, bem como do próprio Estado. (JULIÃO, 2016, p. 26)

O autor apresenta a demanda que o sistema prisional já evidenciou, com relação à educação escolar e à ausência de sua oferta. Quando a EJA foi reconhecida como modalidade, passou-se à regulamentação de diversos projetos ofertados em alguns presídios, que possuíam caráter voluntário (educação com perspectiva compensatória ou assistencial). Alguns envolviam as escolas próximas (parceiras) dos presídios (JULIÃO, 2016). Partindo destas informações, podemos afirmar que foram muitos os processos até a conquista do reconhecimento da EJA nas prisões e do cumprimento de suas funções. Mesmo tendo o reconhecimento legal e a oferta, ainda nos deparamos com um número reduzido de apenados inseridos em práticas educativas.

Nesse âmbito, o ensino profissionalizante, com o passar dos anos, tornou-se mais atrativo, seja por parte dos apenados ou dos profissionais da área, os quais vislumbravam possibilidades de integração social. Contudo, concordando com Julião (2007), não basta ofertar a profissionalização sem “que ajude a desenvolver potencialidades que favoreçam sua mobilidade social, não se deixando paralisar pelos obstáculos que serão encontrados na relação social: em suma uma escola que privilegie a busca pela formação de um cidadão consciente de realidade social” (JULIÃO, 2007, p. 45), visto que a formação cidadã vai constituindo o sujeito.

Álvaro Vieira Pinto (1982), já considerava a educação em dois sentidos: o restrito e o amplo. Defendendo a educação no seu sentido amplo, afirma estar relacionada com a “existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos” (PINTO, 1982, p. 29). Nesse sentido, compreende a educação como um processo contínuo e que ela, então, acontece em outros espaços além dos formais (escola).

Inspirando-se em Paulo Freire, Cunha (2014) afirma que os processos educativos devem considerar todos os sujeitos como agentes atuantes, educadores e educandos, seres pensantes e políticos. Partindo deste olhar, o ensino e a aprendizagem ocorrem *com* o outro ao invés de *para* ele (CUNHA, 2014). Dessa forma a autora, baseada em Freire, destaca que

[...] partindo dos pressupostos da Educação Popular, toda e qualquer manifestação do ensinar e aprender comunitário é concebida “com”, ou seja, como processo emancipador de sujeitos capazes de pensar os fenômenos sociais. Os projetos educacionais ocorrem em diferentes espaços e tempos e não só respeitam a condição dos sujeitos como as fazem elemento fundamental para que sejam concebidas novas propostas. Portanto, a Educação Popular se faz em diálogo com homens e mulheres que, em suas vivências, conhecem e criam, contribuindo com sua cultura e visões de mundo. (CUNHA, 2014, p.133-134).

No caso das mulheres em situação de prisão, uma prática significativa é a de discussão dos direitos humanos das mulheres, visando a sua importância para a construção da sua cidadania, na luta pela garantia de direitos. Álvaro Vieira Pinto (1982) expressa a educação como função social permanente, referindo que “na sociedade todos educam a todos permanentemente. Como o indivíduo não vive isolado, sua educação é contínua” (PINTO, 1982, p. 38). A expressão do autor *todos educam a todos permanentemente* faz-me a refletir sobre as trocas de saberes que são realizadas nas práticas educativas com mulheres jovens e adultas. Os sujeitos da EJA, em especial, são repletos de vivências e de saberes diversos, considerando sua história e cultura. Por sua vez, um dos objetivos do Programa de Extensão, que referimos neste trabalho, é relembrar os saberes culturais que essas mulheres adquiriram ao longo de suas vidas, através de espaços de discussões sobre as temáticas de gênero. Ainda sobre a expressão do autor, compreendo que as licenciandas, que atuam como educadoras, também passam por processos educativos, seja com as mulheres em situação de prisão ou durante a entrada no sistema prisional para a realização de atividades.

É a Extensão Universitária que possibilita aproximações com campos diversos, a qual tende a suprir a abordagem de algumas temáticas importantes para a formação profissional em nível superior, mas que, na maioria das vezes (como é o caso da educação no sistema prisional) não estão contempladas nos currículos. A Política Nacional de Extensão Universitária (2012), considera que o reconhecimento da Extensão Universitária foi uma conquista e que ainda se mantem esforços para continuar sustentando essa posição. Um fato marcante para a Extensão Universitária foi o reconhecimento da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, presente na CF de 1988, no artigo 207. Mesmo que isso não ocorra na prática, o destaque legislativo existe e é importante para essa construção de reconhecimento. Uma percepção importante sobre a Extensão Universitária, realizada pelo Fórum de

Pró-Reitores da Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX) foi a forma de “interação dialógica que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública.” (FORPROEX, 2012, p. 25). Sendo assim, a extensão e os processos educativos decorrentes dela, adquirem um caráter emancipatório e dialógico. Refletindo sobre a concepção da prática de extensão universitária com a prática realizada pelo Programa de Extensão com as mulheres em situação de prisão, retomo Paulo Freire (1992), ao refletir sobre o educar e o educar-se, definindo que educar não é transmitir algo a alguém (como se fossemos detentores de algo superior ao do outro), mas reconhecer que não sabemos tudo e podemos partilhar conhecimentos. A partir do diálogo “com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, 1992, p. 25) são produzidos novos saberes, o que faz da aprendizagem um processo coletivo, com significados semelhantes e/ou diferentes para cada sujeito, mas que, de alguma forma, torna-se relevante.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa aborda uma temática pouco tratada no Curso de Pedagogia, estando a margem das discussões presentes nesta licenciatura. A partir do meu interesse e das oportunidades que foram se apresentando, pude me aproximar do tema. Conforme relatado anteriormente, foram muitos os caminhos que me direcionaram a estudar sobre a educação no sistema prisional, a partir de práticas educativas não escolares. Mesmo sendo ela distante do espaço escolar, as práticas envolvem a EJA no contexto prisional. Trata-se, em suma, da vivência de um projeto de extensão que atualmente expandiu-se para um programa.

A Extensão Universitária, de alguma forma, está presente no Curso de Pedagogia e faz parte da nossa formação docente. Contudo, apresenta-se por meio das atividades complementares. Compreendo que as atividades extensionistas tratam-se de um fazer docente. Compreendo, também, que o educador é um pesquisador em constante movimento, executando a *práxis* pedagógica em diferentes espaços.

#### 3.1 EM PAUTA: O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS”: MANUALIDADES E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Este Programa de Extensão iniciou sua trajetória como Projeto de Extensão Universitária, no qual atentava-se a motivar a coletividade de mulheres negras acolhidas por uma organização de mulheres em Porto Alegre (CUNHA, 2011; MACHADO, 2011). Suas discussões envolviam a defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, atreladas aos trabalhos manuais, promovidos nessa organização. O Projeto de Extensão que já era denominado “Justiça com as Próprias Mãos”<sup>15</sup>, expandiu-se e começou a atuar em diversos contextos, que reconheciam a importância de discutir com as mulheres a violência familiar e doméstica, em meio à produção artesanal. Em articulação a essas discussões, o Projeto de Extensão pretendia contribuir para o

---

<sup>15</sup> Com um jogo de palavras, questiona que “fazer justiça com as próprias mãos” é lutar por direitos e produzir criativamente (artesanato). Busca refutar a ideia de que “fazer justiça” e praticar violência contra outros.



processo de empoderamento das mulheres, promovendo oficinas artesanais em espaços não escolares, no qual articulavam e valorizavam seus conhecimentos.

No ano de 2015, tendo sido contemplado no Edital ProExt<sup>16</sup>, o Projeto adquire novos alcances: começa a projetar oficinas para mulheres que estão em situação de prisão e ofertar seminários de formação para o público interessado na área - servidores da SUSEPE e professores dos NEEJA prisionais. Seu objetivo era a promoção de espaços formativos, efetivando a valorização dos saberes populares e científicos (CUNHA DELLA LIBERA, 2015), articulando-se com as discussões sobre os Direitos Humanos das Mulheres.

Após o Edital ProExt, em 2016, este projeto tornou-se um programa e ampliou suas ações. Passou a ofertar, para as mulheres em situação de prisão, oficinas de: sabonetes artesanais com ervas medicinais e Ecofeminismo; Rodas de leitura; e pretendia realizar oficinas pedagógicas para gestantes, o que não ocorreu. As oficinas que foram realizadas ocorreram na Sala VerdeLilás, reformada, organizada e mantida pelo Programa de Extensão. Trata-se de um espaço dentro do PEFMP, de uso da UFRGS, destinada a receber as mulheres reclusas. Para além da atuação no PEFMP, o Programa de Extensão oferece, na Universidade, um seminário de formação anual e oficinas abertas ao público interessado.

### 3.2 CAMINHOS: PERCORRIDOS E A PERCORRER

Para a organização desta pesquisa e de seu foco principal, realizei o levantamento dos TCCs realizados na UFRGS, pelas(os) estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em torno das temáticas abordadas nesse trabalho, sendo elas: os processos educativos no Sistema Prisional e a Extensão Universitária. Realizando, então, um recorte temporal, busquei TCCs que foram produzidos a partir do ano de 2012, os trabalhos dos últimos cinco anos. A respeito dos estudos realizados até o momento sobre a Educação no Sistema Prisional, foram encontrados quatro TCCs, que tratam da educação de mulheres em situação de prisão. Com relação aos TCCs que envolvem a Extensão Universitária, selecionei aqueles que

---

<sup>16</sup> O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social (Site do MEC). O último Edital foi publicado em 2016.

tratam da Educação de Jovens e Adultos em sentido mais amplo, encontrando três trabalhos com esta perspectiva.

Lucivânia S. Rigo (2012) tratou da dimensão educativa do fazer cotidiano das Agentes Penitenciárias que atuavam no PEFMP e se eram percebidas (e se reconheciam) em tal dimensão. Realizou entrevistas com as Agentes Penitenciárias lotadas na casa prisional e a sua própria experiência com as mesmas. Rigo (2012) percebeu “que apesar do esforço e do empenho com que nos dedicamos ao trabalho, não há o reconhecimento devido às muitas contribuições que este pode dar ao processo ressocializador [...]” (RIGO, 2012, p. 56). Compreendeu que há um fazer educativo em seu ofício, mas que ele não é percebido (seja na dimensão política – formação crítica - ou pessoal – como identificação com a mulher apenada), mas nas falas das agentes há motivação e determinação para que isso se concretize.

Daniele A. Braz (2015) atenta para os projetos educacionais que ocorrem dentro do PEFMP, de modo específico, a oferta de duas edições de um curso de maquiagem artística e estética realizada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Alvorada). Para esta pesquisa, por meio de entrevistas, buscou: conhecer sobre a atuação de professores que ministraram aulas nas duas edições; refletir sobre as percepções de duas apenadas que também participaram do curso; dialogar com dois gestores da instituição que ofertou o curso às apenadas e com uma agente penitenciária do PEFMP. Percebeu a importância desses cursos para as apenadas, como oportunidade de vivências diferenciadas naquele espaço prisional, ampliando o seu olhar para outras formas de viver. Identificou diferenças entre um curso e o outro: na primeira turma, a formação profissionalizante era tratada como formação crítica do sujeito; na outra o foco era o mercado de trabalho. Este diferencial foi marcante para o andamento das turmas e aproveitamento das apenadas. Na primeira turma, os princípios que nortearam o curso foram os do Programa Mulheres Mil<sup>17</sup>, que propunha a valorização dos conhecimentos e das vivências das mulheres, respeito aos seus tempos de aprendizagem e suas peculiaridades. Já na segunda turma as demandas eram outras, sendo ele ofertado por meio do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)<sup>18</sup>. Desse modo, organizou-se de um modo diferente, desconsiderando as particularidades das

---

<sup>17</sup> <http://mulheresmil.mec.gov.br/>

<sup>18</sup> <http://portal.mec.gov.br/pronatec>

mulheres que estão em situação de prisão, mas, de certo modo, avaliado por professores e cursistas como mais dedicado ao fazer profissional (o maquiagem, em si). Assim, Braz (2015) conclui “que a educação prisional deve estar sempre preocupada com a promoção humana [...]” (BRAZ, 2015, p. 49). Corroborou a importância da profissionalização para a socialização e valorização dos sujeitos ali inseridos.

Mariana Leonhardt (2015) e Jessica C. Serpa (2017) tratam da Educação no Sistema Prisional nos NEEJAs. Leonhardt (2015) provocou a discussão sobre as atribuições e contribuições da escola (inserida no presídio) no processo de reintegração social das apenadas. Para a sua análise, realizou idas ao campo de investigação e entrevistas com apenadas (2), professoras (2), agentes penitenciárias (2), psicóloga e assistente social. Partindo da pesquisa realizada, compreendeu que a escola “[...]somente se efetivará se estiver dentro de uma política que problematize o agora [momento da reclusão].” (LEONHARDT, 2015, p. 46). Conforme a autora, é imprescindível para a reentrada das apenadas na vivência extra-muros, o envolvimento dos autores sociais e da escola, no compromisso com o processo educativo intra-muros. Salienta que o currículo terá de atentar às condições reais das apenadas que se encontram em processos educativos no ambiente prisional.

Jessica C. Serpa (2017) apresenta os desafios e possibilidades da docência nos NEEJAs presentes no contexto prisional. Diferente de Leonhardt (2015) ela realizou entrevistas exclusivamente com as professoras de um NEEJA prisional, sendo uma docente dos anos finais do ensino fundamental e a outra da equipe diretiva. Percebeu que “os desafios da docência estão e, estarão presentes independentemente do contexto em que nos encontramos e que hoje, se torna necessária a busca por propostas que contribuam na garantia deste direito [...]” (p. 35). Destaca que, ao relatar que os desafios da docência perpassam o contexto, não significa que eles sejam ignorados, muito pelo contrário. Contudo, ficam mais evidentes as tentativas dos docentes de transpassá-los.

Os TCCs a seguir, tratam de como a ação de extensão proporciona o diálogo com os diferentes grupos e com os diferentes contextos, de forma mais ampla que em espaços formalizados como a escola, gerando um ambiente mais aberto e/ou mais próximo das realidades dos sujeitos. Assim, a extensão possibilita que a Universidade saia de seus muros.

Jéssica Freitas (2014) apresenta os jovens em conflito com a lei como sujeitos de direitos, a partir da sua experiência como bolsista da extensão universitária em um centro de execução de medidas socioeducativas. Buscou compreender, junto a eles, os seus direitos e se estes se reconhecem como sujeitos de direitos e deveres. Realizou uma pesquisa-intervenção, tendo como técnica o trabalho com grupo focal. Percebeu que “quando questionados sobre os seus direitos, não conseguem nomear, atribuir, especificar quais são e o que é um direito. Porém partem de suas experiências [...] para exemplificar os direitos que, a todo momento, são negligenciados e negados” (FREITAS, 2014, p. 34), considerando que partem do raciocínio de identificar os direitos que eles não têm para os que eles deveriam ter. Visto o caráter de sua pesquisa, a autora pretendia compartilhar seus achados com o grupo de extensão visando contribuir para a discussão dessa problemática.

Rhayza S. Grossotti (2014) aborda a experiência com a extensão universitária num estudo de caso. O projeto de extensão abordado, tratava da associação da Educação e da Saúde, promovendo temáticas relativas por meio de espaços educativos não-escolares, em uma comunidade com moradias irregulares. Percebeu conexões entre a área da educação e a da saúde, destacando que a relação entre elas pode ser “fundamental para compreender determinados processos, dinâmicas e aprendizados sobre a promoção da saúde” (GROSSOTTI, 2014, p. 5). Relata como indícios de suas aprendizagens no projeto de extensão, a relação entre os dois temas em práticas educativas. Assim, a autora entende que a Pedagogia é capaz de criar mecanismos que potencializem a promoção da saúde em espaços educativos diferenciados, entre outros processos de aprendizagens presentes em espaços não escolares.

Finalizando o levantamento de TCCs que envolvem o tema da extensão universitária, encontrei o de Salete V. Facco (2015) que, dentre os demais, é o que mais se aproxima da pesquisa de que trata este trabalho, pelo fato de referir-se à mesma ação de extensão. Contudo, sua análise trata do período em que esta ainda era um projeto. Facco (2015) propõe-se a refletir sobre as formas de aprender e ensinar num espaço não escolar com mulheres quilombolas, atentando seu olhar para a educação ambiental popular. Suas análises envolveram a pesquisa documental, de seus relatórios semanais, sobre as oficinas de artesanato que ministrava como bolsista através do projeto de extensão. Seu estudo visou, também, “ressaltar a

valorização dos saberes e a reapropriação dos conhecimentos populares, neste caso das ervas medicinais” (p. 4). A autora destaca que a valorização dos saberes sobre as ervas, que elas já tinham (em suas memórias e vivências), demonstrou o entendimento de como se compõe a construção de saberes populares nesse espaço e sua relevância cultural e política.

Sendo assim, os TCCs desenvolvidos tratam de temáticas que se assemelham ao que abordo nesta pesquisa. Uma semelhança, a meu ver, que une as temáticas é o olhar cuidadoso sobre um espaço singular, seja ele escolar ou não escolar. Contudo, o estudo aqui apresentado especificamente abordará:

**Como a experiência em processos educativos não escolares de mulheres em situação de prisão, contribuiu para a formação de licenciada(s) do Curso de Pedagogia que atuaram neste contexto?**

Buscando inferir os seguintes objetivos:

- ∞ **Analisar como a experiência com a educação em prisões em um espaço não escolar tem influenciado a formação das licenciada(s).**
- ∞ Fomentar a discussão sobre os direitos humanos das mulheres em situação de prisão.
- ∞ Refletir sobre as aprendizagens apresentadas pelas licenciada(s), a partir da vivência na extensão universitária.
- ∞ Contribuir para os estudos acerca das práticas educativas na Educação Prisional.

Desse modo, para considerar a questão escolhida e por sequência aos objetivos apresentados, realizo uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual possibilita o aprofundamento do estudo em um grupo social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Também, conforme Minayo (2017), permite estudar as singularidades do objeto de pesquisa, possibilitando dar atenção à dimensão sociocultural, lembrando de ter o cuidado de “privilegiar, na amostra, os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer” (MINAYO, 2017, p. 4).

Desse modo, para a coleta de dados utilizei a técnica da entrevista semiestruturada. Partindo da compreensão que a entrevista “é uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

Os sujeitos escolhidos para as entrevistas foram três licenciada(n)s que participaram como bolsistas do Programa de Extensão Universitária citado neste trabalho. Todas puderam adentrar no PEFMP e atuar, através das ações propostas, com as mulheres em situação de prisão. Outra premissa para entrevistá-las foi o fato delas terem/estarem cursando a licenciatura em Pedagogia. Desse modo, uma das entrevistadas era egressa do Curso de Pedagogia e duas estavam em formação. As entrevistas ocorreram na Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS. Em prol da preservação de suas identidades, as mesmas escolheram nomes de ervas/chás que as representassem, seja pelo apreço de sua essência ou por despertar memórias. As entrevistas ocorrem em dias diferentes, conforme a disponibilidade das entrevistadas.

A **Erva Doce** é estudante. Antes de fazer parte do programa de extensão foi monitora de uma disciplina de cunho obrigatório do curso, referente à EJA. Participou do Programa de Extensão durante quatro semestres (2015/1-2016/2).

**Cidreira** já é egressa do Curso de Pedagogia. Antes de ser licenciada em Pedagogia, atuou na Extensão (no Projeto e no Programa) ao longo de cinco semestres (2012/2-2015/1), em diferentes espaços. Sua atuação com as mulheres em situação de privação de liberdade se deu no último semestre da graduação. Já licenciada, atuou como apoio técnico do Programa.

A **Boldo** também é estudante e, por sua vez, participou do Programa de Extensão por três semestres (2016/1-2017/1). Anteriormente ao seu ingresso fez parte do PIBID-EJA (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – subprojeto Pedagogia Modalidade EJA).

Todas as entrevistadas foram informadas sobre o objetivo desse trabalho de conclusão de curso e a utilização de suas entrevistas para análise e composição do mesmo. Foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) para que as mesmas tivessem ciência e autorizassem o uso das entrevistas gravadas em áudio.

Realizar essa pesquisa foi emocionante, pelo fato de já ter sido integrante da ação de extensão e por conseguir perceber, nas narrativas das entrevistadas, o seu

envolvimento e interesse pela temática da pesquisa. Cada uma das entrevistadas tinha sua singularidade e personalidade, fazendo com que eu desdobrasse mecanismos de diferentes abordagens, principalmente para buscar uma ampliação das respostas.

A experiência de pesquisadora foi instigante: elaborar a pesquisa, selecionar teóricos, organizar a metodologia, realizar as entrevistas, analisá-las... foi um processo de aprendizagem significativo, o qual tenho vontade de prosseguir.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste momento do estudo, trago as falas das entrevistadas, dialogando com autores que abordam os temas que serão tratados. Visto que esta análise se refere a compreender as experiências das bolsistas que compuseram o programa de extensão, é preciso tornar suas falas visíveis. Desse modo suas falas serão apresentadas em destaque. Por se tratar de narrativas, muitas delas estarão extensas, a fim de apresentar suas concepções e reflexões.

### 4.1 ADENTRANDO AO PROGRAMA DE EXTENSÃO E NO SEU ESPAÇO DE ATUAÇÃO

Antes de aprofundarmos a conversa sobre a participação no Programa de Extensão, pergunto às entrevistadas sobre os caminhos que as levaram a conhecer e desejar atuar nele.

Erva Doce, como já citado, foi monitora da professora que coordena o Programa de Extensão. Viu, então, uma possibilidade de pesquisar e atuar na área da Educação Popular, onde já tinha interesse. Destaca o fato da educação no sistema prisional ser uma temática rara no curso de Pedagogia. Pretendia, também, conhecer outros espaços de atuação do educador, além do espaço escolar.

Entretanto, Cidreira integrou-se ao Programa antes das atividades no PEFMP. Ainda como projeto, atuava em outros espaços educativos<sup>19</sup>, mas sua motivação antecede essa experiência. Relata que seu ingresso no Programa de Extensão, deu-se pelos princípios educativos nos quais acreditava. Cidreira nomeia-se educadora ambiental. Acredita na relação das mulheres com a natureza e na valorização dos saberes ambientais populares.

Boldo, traz sua participação no PIBID - EJA como um dos disparadores para integrar o Programa de Extensão. Outro disparador foram os relatos das colegas que atuavam no Programa de Extensão, aumentando seu interesse em prosseguir atuando na EJA, mas em outros espaços educativos.

---

<sup>19</sup> Na Associação Intercomunitária de Atendimento Social (AICAS) e na associação do Quilombo do Areal.



Compreendendo a trajetória de cada uma, podemos afirmar que seus interesses, de uma forma ampla, passam por suas relações com a EJA e disposições pessoais. Suas participações e inclinações nessa área aumentaram pela oferta no curso de Pedagogia, de oportunidades para realização de práticas educativas. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia (2006), determinam, em seu art. 8º, a necessidade de realização de

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a **propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras**, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas; [grifo meu] (CNE/CP Nº 1/2006, p. 4-5)

As atividades complementares possibilitam aos discentes, experiências nas áreas onde eles se identificam e, nas quais, podem compartilhar aprendizagens seja com os colegas e/ou professores atuantes na ação. Em conformidade, as entrevistadas apresentam a abordagem da Educação no sistema prisional como um tema apartado do currículo do curso. Cidreira recorda a época em que iniciou esta abordagem no Programa de Extensão<sup>20</sup>.

[...] essa coisa da educação prisional, era uma coisa muito nova, também [para] [...] nossa coordenadora [...]. Então, era tão novo para ela quanto era pra nós. Então, a gente foi aprendendo tudo junto [...]. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

<sup>20</sup> As supressões nas falas visam melhor apresenta-las como um texto escrito.

Já Erva Doce e Boldo trazem a presença/ausência da discussão no curso.

[...] na Educação de Jovens e Adultos, [em] que a gente tem [a disciplina de] Ação Pedagógica com Jovens e Adultos, que é no [...] [2º] semestre. [...] aonde eu fui aluna da professora Aline e onde ela [...] mencionou sobre a educação prisional. [Como] outros modos de ver o Pedagogo atuando. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Não, não teve. E a própria extensão e eu fiquei sabendo por colegas que estavam na extensão [...]. A extensão era famosa, [...] além do tema tão diferenciado era famosa [...] porque tinha assim... uma mensalidade maior do que as outras bolsas. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

A partir das falas de Boldo e de Cidreira, compreendemos que ambas tratam do Programa em momentos diferentes. Cidreira traz a preparação e Boldo a expansão, no sentido da divulgação e visibilidade do mesmo. Outro ponto importante na fala de Boldo é a “mensalidade maior do que as outras bolsas”. Essa mensalidade maior, era a remuneração das bolsistas, que faziam parte do Programa de Extensão no ano de 2015, quando foi contemplado com o Edital ProExt. Esta política, que tinha como objetivo “apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas” (MEC, 2006), visava atender atividades que atuavam na inclusão social. A partir do fomento do Edital ProExt 2015, fez-se possível tornar o Projeto de Extensão um Programa de Extensão, bem como proporcionar para as bolsistas, daquele ano, uma remuneração maior. No ano de 2016, o Programa de Extensão foi bastante elogiado, mas não foi contemplado com o fomento, visto os cortes que o mesmo sofreu. Hoje essa política já não existe mais. Essa ocorrência prejudica muitos projetos/programas de extensão que poderiam expandir-se.

Nesse aspecto a Erva Doce apresenta a Pró-Reitoria de Extensão (PROREXT) da UFRGS e o seu programa de fomento à extensão.

E a verbas que o próprio programa recebe da PROEXT, [...] é pouco também. Porque andou tendo mudanças na legislação PROEXT, né? Que antes a gente pedia o valor x e recebia tanto por mês. Agora a gente tem que ganhar o valor x e ele tem que dar conta [durante] todo ano. Não pode pedir material/valor a mais.... Há toda uma burocracia, burocratizou mais a solicitação de materiais [para o] [...] programa, e isso prejudica [...] o andar e a qualidade das atividades [...]. Porque se não tiver um material de qualidade, tu não tem como trabalhar... dar uma boa aula, digamos. Se tu não tiver [...] um material de qualidade. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

A extinção do Edital ProExt, a redução e a burocratização no uso do fomento refletem diretamente nas ações do Programa de Extensão, de acordo com Erva Doce. A redução dos investimentos públicos para as Universidades vem ocorrendo em muitas dimensões, como no PIBID<sup>21</sup> que vem sofrendo ameaças quanto à sua permanência. Essas reduções, tem dificultado os avanços e ampliação dos projetos/programas de Extensão Universitária e de tantos outros existentes nas Universidades.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS PARA O TRABALHO COM AS MULHERES

Conforme citado neste trabalho, o Programa de Extensão atua no PEFMP ofertando duas ações educativas: as Rodas de Leitura e as Oficinas de Sabonetes Artesanais com Ervas Medicinais. A licenciada(n) da Boldo atuava nas Rodas de Leitura, nos apresentando procedimentos do planejamento dessa ação.

---

<sup>21</sup> Docentes e estudantes vem lutando contra os cortes do MEC, realizando mobilizações e manifestações em prol da permanência. O último lançamento dos livros e DVDs do Programa foi marcado por manifestações dos pibidianos. <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/livros-e-dvds-relatam-praticas-e-reflexoes-de-integrantes-do-pibid-ufrgs>>

Eu lembro, que o primeiro conto que eu li foi “Venha ver o pôr do sol”, da Lígia Fagundes Teles. Até então, a Lígia Fagundes Telles eu não conhecia. E foi muito legal, a gente foi descobrindo mais autoras, algumas mais consagradas. As mais contemporâneas que abordam vários temas e sempre pensando no gênero. E isso é muito legal. (Bildo, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Cidreira atuava nas Oficinas de Sabonetes Artesanais com Ervas Medicinais. Apresenta, além das questões de pesquisa e planejamento, os procedimentos da reforma (financiada pelo Edital ProExt 2015) do espaço no PEFMP. Uma sala de uso da UFRGS no Presídio.

Eu fiz todo o processo de preparação. A gente preparou todo o material antes, né. Todo aquele material antes de entrar [...]. [...] Demorou quase um ano para organizar... só para organizar material: comprar material, levar material, arrumar a sala. Olha... quantas vezes eu fui lá para acompanhar os pedreiros da obra? Sabe... pedreiro, pedreiro e pedreiro! (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Erva Doce atuava nas oficinas de sabonetes artesanais e também registrou, através da câmera fotográfica (quando permitido), momentos da prática educativa. Em sua fala, estão presentes o planejamento e a importância da pesquisa, fazendo a relação pesquisa-extensão.

Então, a gente trabalhou com a pesquisa, foi bem interessante e legal, porque a gente teve que pesquisar antes de entrar, isso é bacana. Porque por mais que a gente tenha interesse pela educação popular, saber que são pessoas em situação de vulnerabilidade social, que a maioria das mulheres que estão lá são negras, que são vulneráveis e tudo mais. [...] [Temos] um pré-conceito sobre aquilo né? Então quando a gente entrou no Madre, a gente foi bem preparada [...]. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

O processo de planejamento é imprescindível para qualquer ação educativa. A ação em questão, tem um propósito que envolve a garantia do direito à educação das mulheres que estão em situação de prisão. Tendo como base os direitos humanos

das mulheres e a perspectiva da Educação Popular, citada neste trabalho. A pesquisa é um processo contínuo na vida do educador, mas como destacou Erva Doce, o ato de pesquisar deve ir além do interesse pela temática, devemos pensar nos sujeitos desse processo. Dentro dessa ótica, Julião (2016) discute a necessidade de uma prática educativa que “privilegie e ajude a desenvolver potencialidades e competências; que favoreçam a mobilidade social dos internos;” (JULIÃO, 2016, p. 39). Refletir sobre como atuar e pesquisar a respeito do que podemos fazer para favorecer os sujeitos da ação, é um processo fundamental para que o nosso fazer docente não seja resumido somente ao ofertar vagas, mas que contribua para o fortalecimento social das mulheres em situação de prisão.

#### 4.3 MEDOS E OLHARES SOBRE A PRISÃO

Tendo em vista os impactos da participação neste Programa, as licenciada(s) abordam a presença dos medos, uma vez que tratariam com um público rejeitado pela sociedade num espaço de repressão. Seus temores envolviam as possibilidades das práticas educativas e seus olhares sobre essas mulheres. Paulo Freire (1986), salienta o medo como algo próprio de nossa existência como seres humanos.

Antes de mais nada, reconhecemos que é normal sentir medo. Sentir medo é uma manifestação de que estamos vivos. Não tenho que esconder meus temores. Mas, o que não posso permitir é que meu medo seja injustificado, e que me imobilize. Se estou seguro do meu sonho político, então uma das condições para continuar a ter esse sonho é não me imobilizar enquanto caminho para sua realização. E o medo pode ser paralisante. [...]estou reconhecendo o direito de sentir medo. Entretanto, devo estabelecer os limites para “cultivar” o meu medo [...]. Cultivá-lo significa aceitá-la. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 39)

Reconhecer que sentimos medo não justifica a ausência de buscar superá-los. Podemos nos amedrontar ao nos depararmos com o novo. No caso das licenciada(s), com a prática educativa com as mulheres em situação de prisão. Isso não as impediu de realizarem seus “sonhos políticos”.

[...] eu não conhecia (nenhuma das meninas conhecia a prisão para o lado de dentro) passava por fora só. E tinha aquela coisa, que [...] tínhamos de quebrar de dentro da gente, que é curiosidade e até um pouco de medo das presas, né? De como é que elas iam reagir. Eu ficava imaginando coisas né... que não existe nada disso! Elas estão ali por quê? Por vários motivos diferentes [...], mas são mulheres como a gente. Então eu tive que desconstruir os medos que eu tinha. Depois da segunda aula, eu já estava muito à vontade com elas assim. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

[...] antes de eu entrar na extensão não [havia] [...] tido contato assim com penitenciária. A imagem que eu tinha era mais estereotipada como modelo americano, as pessoas todas dentro de celas, com os números... E o Madre é uma penitenciária diferenciada né? Que é mais humana, talvez pela história dele [...] ter um fundo religioso na origem. E as mulheres eu acho, eu acredito que são tratadas melhores do que nas outras penitenciárias. Se pode ver que elas podem usar roupas próprias, não ficam assim trancadas dentro de celas. Até porque quando a gente entrou pela primeira vez, a gente via [várias] mulheres andando pela penitenciária ou trabalhando pintando as paredes, esse tipo de coisa. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

E quando [tivemos] [...] a primeira visita, daí sim a gente teve o baque de desconstruir tudo aquilo. A visão que [tínhamos][...] da prisão, que a gente olha nos filmes, né [...]. Na verdade, eu não tinha assim, essa visão de filme. Eu estou falando porque no grupo que [...] [tínhamos] era forte essa visão. Mas assim, eu sempre entrei com a visão de realmente garantir o direito daquelas mulheres. [...] Porque eu sou periférica moro na periferia [...]. Eu tenho caso de pessoas próximo de onde eu moro, que foram presas, mulheres que sofrem violência [...] (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Percebe-se a superação de estereótipos quanto aos presídios. O fato do PEFMP ter uma história e uma arquitetura baseada na atuação de uma congregação religiosa<sup>22</sup>, como salienta a Boldo, modifica sim, sua perspectiva de presídio. Conforme Rigo (2012), as agentes penitenciárias também percebem essa diferença para o seu trabalho com as mulheres.

<sup>22</sup> Tema abordado pela historiadora Débora Karpovicz em sua Tese de Doutorado e no Seminário de Formação Mulheres, a prisão e a rua - 2ª edição, realizado em 2017.

[...] as agentes reconhecem a estrutura física como algo que modifica seu modo de trabalhar e se relacionar com as detentas, exigindo outro preparo, estratégias diferentes para vigiar e impedir comportamentos indesejáveis, por parte das presas. Também pontuam que o ato de serem mulheres que trabalham com mulheres [...]. (RIGO, 2012, p. 46)

Se a equipe de segurança, que atua com as mulheres em situação de prisão, exerce um trabalho diferenciado que as demais em outros presídios, por consequência as apenas também poderão ter atitudes diferenciadas. Isto contribui para uma mudança neste estereótipo que encobre as prisões. O fato de serem mulheres, lidando com mulheres, ajuda na relação entre elas. Podemos dizer que além do cumprimento das regras de segurança, as agentes, como propôs Rigo (2012), também realizam atos educativos. Estas relações diferenciadas, provocaram mudanças na visão que as licenciada(s) tinham referente ao PEFMP.

Com relação às mulheres em situação de prisão, Erva Doce comenta a mudança do seu olhar sobre elas, quando iniciaram a atuação. Relatando a experiência em ministrar oficinas para as mulheres da Galeria B4<sup>23</sup>.

E nessa [Galeria], claro que a primeira vez que [...] [tivemos] contato com elas [nos] deu um... ficamos meio apreensiva[s] [...]. Porque [eu] não sabia como ia ser a reação delas [conosco], e [...] não [sabíamos] também como se portar, apesar da Aline sempre nos [...] [explicar] e [...] [ensinar] como [deveríamos] portar diante delas né? [...] E mesmo assim [...] na hora bate um medo. [...] Mas depois foi rolando [...] com o tempo. E [...] fomos, foi fluindo as aulas de sabonetes [...]. E [...] [fomos] esquecendo por algum momento que estávamos dentro de uma penitenciária. [...] [Dávamos] conta que [...] [estávamos] numa penitenciária quando uma agente penitenciária vinha e entrevistava em alguma situação (daí a gente se dava conta que ó! Peraí [...]). Isso foi bem interessante porque [...] pudemos ver que realmente [...] [estávamos] como [...] [professoras]: relação professor-aluno. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Ao mesmo tempo em que a entrevistada diz sentir medo, ela não se deixa paralisar por ele. Comenta que foi “esquecendo” que estava com mulheres em situação de prisão. Nesse momento, ela se desprendeu dos estereótipos dados às apenas e começou a vê-las como educandas da EJA. Conseguindo, assim, agir

<sup>23</sup> “Na B4, encontram-se as apenas que precisam ficar isoladas das demais, devido ao tipo de crime que cometeram sendo, geralmente, crimes que envolvem crianças, crimes sexuais ou crimes com idosos” (RIGO, 2012, p. 23).

como educadora. Penso que, na sua reflexão sobre as apenadas, o espaço também contribuiu para a compreensão de sua relação com elas. A sua colega Cidreira comentou anteriormente o seu envolvimento na construção do espaço. De fato, o Programa foi quem investiu e reformou as duas salas onde aconteceram as ações educativas do mesmo. Desse modo, podemos afirmar que o espaço de atuação foi pensando funcionalmente para receber essas mulheres e essas bolsistas, para que houvesse uma relação de proximidade entre elas e distanciamento dos aspectos mais repressores e punitivos da prisão.

#### 4.4 PERSPECTIVAS DAS LICENCIA(N)DAS COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

Um dos aspectos apontados pelas entrevistadas foram os princípios educacionais que nortearam o trabalho com as mulheres. Todas apresentam os pilares e os objetivos específicos do Programa que são a Educação Popular, o Ecofeminismo e os Direitos Humanos da Mulheres. Contudo, percebemos algumas singularidades, que refletem nos momentos de atuação com elas. A partir de suas colocações, podemos perceber alguns facilitadores que contribuíram para esta construção, assim como os estudos realizados a partir do Programa de Extensão.

Cidreira, com seu posicionamento de educadora ambiental, demonstra suas intenções e objetivos, a partir das seguintes questões:

Quando [...] [fomos] para o Madre Pelletier, eu [...] queria puxar para essa coisa da mulher pensar: Qual é o papel delas no meio ambiente? Quais os direitos que ela tem e qual os deveres que ela tem com o meio ambiente? E o que é que é esse bicho de sete cabeças que é o meio ambiente. E pra quando tu [...] [está] preso lá dentro? O quê, que me interessa o meio ambiente? Então eu queria mexer [...] [nisso] com elas. [...] essa relação que elas têm com chá é a relação que elas têm com a natureza. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Tendo como base a garantia dos direitos humanos das mulheres, em especial o direito à educação, Erva Doce complementa:



Que não é uma ajuda, uma caridade, é o direito deles. O direito nosso de garantir a eles, é nosso dever como [...] [profissionais] da educação, garantir educação a eles [...] De trabalhar com elas o empoderamento feminino mesmo! Só que, claro, no início do programa eu não entendia o que era o empoderamento feminino. Até porque eu [...] [estava] passando por esse processo de me empoderar primeiro. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

A Boldo compartilha o propósito da extensão, a partir de seu olhar. Ela também ressalta a presença dos princípios da Educação Popular.

[...] essa extensão, ela trabalha muito a nossa reflexão de mundo e de vida. Assim como as professoras falam, essas experiências nos dão mais lentes, novas lentes. E eu também tive contato com as autoras mulheres. As escritoras mulheres que eu também não estava acostumada a ler muito, e que despertou para as reflexões de gênero. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

[...]a educação popular que pensa na emancipação dos sujeitos, que pensa no desenvolvimento da criticidade. E ao mesmo tempo em que isso acontece comigo né? (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Com base nas suas falas, podemos perceber a presença de seus propósitos, na prática docente com as mulheres privadas de liberdade. Cada uma aponta questões diferentes. Assim percebemos a autonomia que as licenciada(s) tinham e foram intensificando ao longo de sua participação na Extensão Universitária, visto que “A conquista da autonomia é processual e duradoura, feita na luta constante e coletiva [...]” (CUNHA, 2010, p. 29). Nesse âmbito, percebemos alguns elementos que contribuíram (ao longo de suas trajetórias de vida) para o processo de autonomia das bolsistas e para a construção de suas concepções. Nas duas falas de Boldo, ela demonstra o seu processo de aprendizagem frente aos princípios que compunham o planejamento das práticas educativas com as mulheres. Dando ênfase no seu processo constante de aprendizagem ao longo de sua atuação. Por vezes, Boldo ateu-se aos estudos de gênero, o que a fez refletir sobre suas “lentes”, retomando a

importância da emancipação e criticidade dos sujeitos que estão em situação de prisão. Dentro dessa ótica, Julião e Onofre (2013), discutem que o sujeito que está em situação de prisão acaba sendo:

[...] silenciado, ao perder a palavra como componente de sua identidade, como direito a dizer o que pensa, sente, vê e escuta. Deixa de dialogar, de resolver conflitos e de fazer acordos, passando a viver em um clima de desconfiança, de egocentrismo e de agressividade. (JULIAO e ONOFRE, 2013, p. 57)

Os autores salientam a importância de perceber quem são os sujeitos da ação educativa. Neste ponto, eles retratam os efeitos da prisão nos apenados, dialogando com a colocação de Boldo ao refletir sobre as “lentes” que usamos para ver os sujeitos daquele espaço.

Erva Doce traça, em sua trajetória, a presença da militância estudantil e feminista, que a fez refletir sobre o empoderamento, visando a importância de discutir com as mulheres esse processo. Nessa perspectiva Baquero (2012), compreende que

Empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Neste sentido, um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas. (BAQUERO, 2012, p. 183-184)

Compreendemos o empoderamento como um processo abrangente. Podemos dizer que se compõe em diferentes dimensões. Por ser um processo, não se chega em seu fim. Podemos dizer que nos empoderamos em determinados aspectos, mas não em totalidade. Na colocação de Erva Doce, na sua intenção de trabalhar com as mulheres os seus processos de empoderamento, também percebemos a dimensão da construção coletiva e não individual.

As questões expostas por Cidreira visam a sua preocupação e desejo em discutir com as mulheres a relação delas com a natureza, através dos seus saberes populares sobre as ervas medicinais. Sendo assim, para ela é necessário se pensar em uma Educação Ambiental Popular, aquela que “busca a visibilidade do potencial crítico dos grupos populares e com isso impulsionar a tomada de decisões acerca dos problemas que os afligem cotidianamente em suas comunidades” (FACCO, 2015, p.

13). Isto é possível “através do diálogo participativo e reflexivo, procurando incentivos para a visibilidade do ambiente e preservação do mesmo” (FACCO, 2015. p. 14). Assim, Cidreira sugeriu a elas refletirem sobre seus papéis com a natureza e sua importância, mesmo estando na prisão, o que foi formativo para ambas.

#### 4.5 FATOS MARCANTES DA EXPERIÊNCIA COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

Neste momento, as bolsistas trazem à memória momentos significativos dessa relação, uma vez que

As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do interno, criando condições para que molde sua identidade, buscando, principalmente, compreender-se e aceitar-se como indivíduo social; e construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para a sua vida em sociedade. (JULIAO, 2016, p. 36)

Nesse intuito, as licenciada(s) buscam contribuir, a partir de suas práticas educativas, para a reflexão sobre o “ser mulher”. Paralelamente, as licenciada(s), demonstram a singularidade dessa prática docente. Cidreira recorda a Aula Inaugural como um dos momentos marcantes de sua docência com elas.

[...] na abertura eu pensando assim... no que propor para elas, [...] para provocar essas coisas [que] eu conseguir junto com as meninas pensar naquela dinâmica dos chás. Eu cortei chás ainda verdes de alecrim, arruda hortelã, erva-cidreira e enrolei no pergaminho de papel e deixei na cadeira de cada uma. Então, cada uma sentou e abriu aquilo e não sabia o que, que era. E começou a esfregar, cheirar, as pessoas cheiravam aquilo, fechavam os olhos e ficavam viajando assim e nesse momento dava para ver a reação das pessoas. Que elas estavam se lembrando das coisas que elas viveram fora da prisão. Do chazinho que [...] as mães delas [...] [faziam] para elas, ou do chá que elas faziam para os filhos, sabe. [...] Durante as oficinas eu ia falando sobre com elas sobre esses saberes que [...] [estão] dentro da gente, [...] [trazemos] esse legado. Por que é passando de geração em geração esses saberes sobre as ervas. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Cidreira comenta que esse foi um momento significativo para a promoção da extensão no PEFMP. Sinaliza que foram convidadas duas galerias que compunham

o presídio. A constatação de que a maioria das mulheres compreendeu a dinâmica e que conseguiram reavivar memórias extramuros, fez as bolsistas perceberem que estavam no caminho certo, para atingirem seu propósito com as mulheres. Perceberam, com mais nitidez, saberes das mulheres em situação de prisão, relações com os chás/ervas medicinais e que estas poderiam compartilhar. Concomitantemente, Boldo ressalta um momento nas Rodas de Leitura.

Eu acho que, o que mais me marcou foi o primeiro: A Moça Tecelã da Marina Colasanti, em que [...] [fizemos] a mediação de leitura (ler em voz alta e tal) e vimos que as mulheres se concentraram no texto e a cada momento quando [...] [fazíamos] a pausa, elas reagiam e falavam e davam continuidade à história ou transportavam aquelas situações para sua[s] vida[s]. E depois do conto elas [...] [falavam] em relação a si mesmas. [...] E [...] [podíamos] ver as mulheres pensando sobre as próprias vidas e relacionando umas com as outras e depois também pensando o que elas teceriam se tivessem o tear mágico [...]. E elas falaram coisas muito assim, grandiosas, tipo paz, amor, ou principalmente a família, companhia da família. [...] [tiveram] algumas falas com mais emoção assim, tanto de tristeza quanto de raiva, que passaram com companheiros.... Ou quando [...] notávamos como realmente era difícil a situação de vida [delas]. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

A proposta das Rodas de Leitura envolvia além das questões de leitura e escrita, as discussões sobre as temáticas apresentadas nos contos, as transportando para diferentes realidades. Quando questiono a Boldo sobre como elas percebiam nas apenas que aquela situação se refletia também na sua vida, ela diz:

Eu acho que tudo é indicativo, tanto silêncio, como o riso e ficava bem claro nas falas. Quando [...] discutíamos o sentido do texto em relação à nossa vida, em relação ao que a gente acredita. [...] Elas falavam muitas coisas, a gente [...] [pode] conhecê-los melhor. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

No momento em que as apenas propõem-se a adentrarem e interagirem com o conto apresentado, Boldo conseguiu percebê-las como sujeitos de trajetórias penosas, quando ouve em suas falas ou nos silêncios. Ela comenta sobre a troca de vivências umas com as outras, havendo uma identificação ou semelhança entre as

histórias. A partir do relato da Boldo, podemos afirmar que o propósito de abordar os Direitos Humanos das Mulheres, ocorreu e que esses momentos foram marcantes, para que a entrevistada percebesse a real necessidade de discutir essas questões com elas.

Erva Doce relata seu fato marcante, enquanto registrava os primeiros momentos da oficina de sabonetes.

Pra mim, foi a questão da fotografia, do olhar... do meu olhar, da fotografia através da lente [...] [para] elas [e] do olhar delas. Onde eu percebi que, eu também podia estar ali. [E que] nada impede de eu mulher, estudante, ser presa um dia. Sou uma mulher que nem elas, isso não impede. Foi na primeira experiência que [tivemos] com elas de fotografia. Foi através da lente da [...] [câmera] que eu consegui [me colocar] no lugar delas. Me emocionei, eu tive que parar o que eu [...] [estava] fazendo, deixei as gurias continuarem... [porque] começou a me bater assim... essa reflexão, sou uma mulher que nem elas, então... (isso não impede de ser presa também), e também pelas experiências delas e [...] [pelos] [...] [olhares] sofridos, depressivas. Me levou a reflexões, o que levou elas estarem ali? Elas com a autoestima [...] baixa e tudo mais. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Na ação de fotografar as mulheres, ela teve a oportunidade de focalizá-las em momentos aleatórios da aula. É válido dizer aqui que há pontos importantes para uma boa fotografia. É preciso ter foco, enquadramento e iluminação. Nesse processo, ela foi percebendo suas expressões e realizando a leitura corporal dessas mulheres. Naquele momento, apesar de estarem em um momento de socialização, deixavam transparecer as suas marcas e sofrimentos. Além desse olhar, outra reação que a Erva Doce teve sobre as mulheres foi o reconhecimento de igualdade, podemos dizer que até de sororidade, pois ela se percebe como semelhante. Conseguiu se colocar no lugar da outra mulher e compartilhar de seus sentimentos.

Ao realizar as ações educativas com as mulheres em situação de prisão percebemos que muitas coisas perpassam durante a prática educativa, principalmente a sensibilidade das bolsistas com elas. Isso se intensifica quando ouvimos em suas falas o cuidado minucioso em querer despertar suas memórias através das ervas, a atenção às falas, gestos e silêncios que elas apresentam durante uma discussão e a sororidade ao identificar e solidarizar-se com o sofrendo de outra mulher.

#### 4.6 EU E ELAS: MUNDOS NEM TÃO DISTANTES ASSIM

*O entendimento do que é esse cárcere [...],  
a gente não tem noção.  
Só quem tá lá que sabe o que que é.  
E a gente tem uma pequena noção. Quando a gente vai lá, é [que] se sente.*  
(Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

A reflexão de Cidreira demonstra a complexidade do entendimento do que é estar em situação de prisão. Entendendo-o como um fenômeno mais amplo do que o fato de não poder sair daquele local. A privação de liberdade deixa estigmas sobre os sujeitos que estão ou passarão por ela. Nessa dimensão, as licenciana(s) percebem que

O programa de extensão faz a gente refletir bastante sobre a relação humana, como [...] [podemos] chegar ou não em um espaço de reclusão. E que todo mundo está sujeito né? Mas que existem condições que agravam, que aumentam as probabilidades. [...] Discutimos muito a desigualdade social no Brasil, na América Latina, enfim. A falta de oportunidades está relacionada com o aumento dos delitos. Conforme Timothy Ireland, a América Latina é a região mais desigual do Mundo. Segundo ele, isso tem muito a ver com a quantidade de delito, e [...] [fazemos] o exercício de se colocar no lugar, também. Bom, se eu visse o meu irmão passando fome, se eu visse minha mãe passando fome [...]. Qual seria a nossa atitude? (Baldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Para exemplificar, ela traz uma situação a fez corroborar as ideias iniciais.

Desconstruindo algumas visões [...], algum senso comum. [...] daí, na prática lá [...] [no Presídio] com elas, [...] [fomos] também vendo que, [...] [elas] também [...] [são] mulher, e que também é um cidadão comum, [e] que [...] [podemos] também [...] cometer algum delito, algum dia e [...] [assim] também poder estar presa lá. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

[...] a questão da menina, que eu conhecia...[Ela] era da mesma vila onde eu morava. Quando ela me viu [...] entrando na galeria, chegando no espaço onde a gente [...] [estava] com a oficina. Ela chegou, [...] me viu, me reconheceu na hora! Daí assim foi, meu Deus! É verdade! [...] [vivemos] no mesmo contexto, tivemos a mesma educação e ela [está] presa e eu [sou] estudante. É onde se percebe que não impede de eu ser presa também. Essa foi a parte que mais me tocou assim. Isso é uma situação mesmo. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Eu me lembro também que a minha filha [participante da extensão] levou um susto, [...] ela não sabia se tinha que continuar ou não, se podia continuar ou não. Porque ela encontrou uma colega dela lá [no presídio] e ela não queria contar isso para o grupo [...]. Aí depois ela acabou contando, ela chegou perto de mim e disse assim: - *Mãe eu não consigo ficar aqui.* E eu disse: *o que que houve minha filha? Calma né, as gurias [presas] são tri tranquilas,* [e] ela: - *Não mãe, não é isso, é que tem uma ex colega minha. Eu fiz o meu segundo grau com ela. E olha só a realidade que a gente tá! Eu tô aqui como bolsista, já [...] [estou] numa Universidade e ela tá aqui em situação de prisão. E eu não consigo olhar para ela, porque eu não sei lidar com esses sentimentos...* disse ela assim. Daí eu conversei com ela, [...] depois assim [...] [nós] nas outras aulas [até] dava bastante atenção pra essa menina, para ela se sentir bem à vontade com a gente com a Camomila e comigo ali, né. E foi, depois assim foi quebrando o gelo e [...] [fomos]... a Camomila mesmo conseguia fazer sabonetes com ela sabe, eu achei muito legal. As duas se esforçaram, dava pra ver que a que [...] [estava] na situação de prisão lá e a Camomila, estavam as duas se esforçando pra se comunicar e tal. Fiquei observando, às vezes elas conversando [...]! (sorriso) [...]. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

As entrevistadas contam-nos momentos nos quais elas perceberam as mulheres, não mais unicamente na condição de reclusas. Algumas bolsistas se reencontraram com pessoas que conheceram antes da prisão, em que compartilharam com elas vivências. Penso que esses reencontros foram construtivos tanto para as bolsistas, quanto para as mulheres reclusas. Neste ponto percebemos que estigmas, medos e preconceitos foram desaparecendo. O fato de se depararem com essas mulheres na prisão, fez com que esse acontecimento se tornasse o mais marcante para elas, visto a aproximação de realidades sociais em que vivem as licenciada(s) e as mulheres em situação de prisão. Outro aspecto positivo, é que para as reclusas, as entrevistadas tornaram-se uma das memórias vivas da vida fora da prisão. Tendo-as como referência, tornaram-se alguém que as fez lembrar de suas vivências e despertar nelas lembranças da vida extramuros. Muitas pessoas, a partir de sua entrada na prisão, perdem seus referenciais (Julião e Onofre, 2013), sejam eles apelidos, roupas, amizades, até os sentimentos e significados mais abstratos que temos no convívio com os nossos pares. Nessa perspectiva Julião (2016) salienta que a escola (atrevo-me a complementar dizendo que a prática educativa, de um modo geral):

[...] seja para crianças, jovens ou adultos, inclusive em ambientes de privação de liberdade, deve ser concebida como um espaço de encontro e socialização

ao mundo livre em que o saber é apenas um dos elementos para a sua constituição. (JULIÃO, 2016, p. 38)

O autor entende que devemos ressignificar esses espaços, priorizando a socialização dos sujeitos, uma vez que a educação, de acordo com a lei, visa a reintegração dos presos.

#### 4.7 APRENDIZAGENS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Além das aprendizagens já apresentadas nos tópicos anteriores, as entrevistadas expuseram as contribuições dessa experiência para suas carreiras docentes e acadêmicas, no instante em que apresentaram referenciais teóricos descobertos a partir de sua participação no Programa de Extensão. Nessa concepção, Boldo relata sua formação a partir do Programa:

[...] ao mesmo tempo que [...] [buscávamos] conhecer as autoras [...] [para] as oficinas, elas contribuíam na minha formação. [...] [Para minha] constituição como pessoa, como eu [me] entender melhor. [...] E o que é interessante é que não fica um trabalho tão distante da nossa vida, [...] a gente integra nos conhecimentos, integra os estudos. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Já Cidreira comenta sua continuidade na pesquisa.

[...] particularmente eu continuo, estou fazendo um Pós [em Educação] Ambiental e o meu projeto de pesquisa é dentro do Quilombo Areal da Baronesa. Ainda fazendo sabonetes de ervas e sabão ecológico. Mas eu [...] estou fazendo [...] uma pesquisa só sobre saber e ervas e sobre as mulheres. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)



Boldo complementa sua fala citando alguns referenciais que a fizeram refletir sobre a Educação Prisional.

[...] um deles foi a Onofre que veio aqui e participou do nosso seminário [de formação]. Também teve o Timothy que fala em educações em prisões e também da EJA. E esse ano que eu conheci o Julião [...] que veio para o seminário de formação (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

[...] nas reuniões [...] [nós] estudamos tanto os textos das escritoras quanto [...] [nos profundamos] também [na] a teoria. [...] [lemos] sobre educação nas prisões, agora nesse ano, as gurias estão vendo mais sobre a teoria literária, para compreender melhor essa nossa própria atuação. (Boldo, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

[...] o embasamento teórico que [...] [tivemos] era o que a nossa orientadora [nos] passava, de conhecimento popular, do ecofeminismo, da Educação na EJA. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Erva Doce afirma que a presença dos referenciais teóricos foi fundamental para a relação pesquisa-extensão. Ela pontua alguns como essenciais, para essa prática docente.

De referencial teórico a gente teve em relação a mulher, mais [presente] foi a Marcela Lagarde y de Los Ríos. E [...] [tivemos] algumas discussões também com [base no] Michel Foucault, que fala sobre a prisão, o cárcere. [E] mais voltado para o Paulo Freire, né, a questão da educação popular [...]. Não me lembro de todos, mas muito do que eu citei aqui [na entrevista] é regado por alguns teóricos. E também [...] tivemos além dos referenciais teóricos, [...] as pessoas que nos referenciaram que foi [...] a Lucivânia, a Dani que também estiveram [...] conosco contando a experiência delas no Madre [...]. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Na sequência, elas comentam as contribuições do Programa de Extensão para sua entrada no mundo do trabalho.

Eu acho que amplia, porque eu tenho a intenção de trabalhar com a educação pública, me identifico com educação pública. E eu acho que essa experiência amplia minha compreensão de educação, amplia minha compreensão das pessoas também, de todos os estudantes. Eu acho que só agrega. (Boldero, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Se [...] [nós] não entrasse dentro do Madre, também não saberíamos que tinha professoras que trabalham lá. E que tem todo um trabalho pedagógico em cima disso. [...] [Então] eu vejo como outra porta... uma outra oportunidade [...] [através do concurso público] [...] futuramente como profissional. [Poder] atuar também na área prisional, no NEEJA. Uma possibilidade de área diversificada, que é, o que eu gosto, dos espaços não escolares. (Erva Doce, trecho da entrevista realizada em novembro de 2017)

Além destes relatos nas estudantes, Cidreira, já graduada, participou como ministrante no Seminário de formação e esta já foi uma de suas atuações como profissional. Bem como sua participação como apoio técnico do Programa de Extensão, sabendo que sua graduação antecede esses acontecimentos.

Em vista das colocações das licencianda(s), Trombetta e Trombetta (2008), baseados em Freire, destacam

Somos um ser por fazer-se; um ser no mundo e com os outros envolvidos num processo contínuo de desenvolvimento intelectual, moral, afetivo. Somos seres insatisfeitos com o que já conquistamos. Estamos sempre nos fazendo, refazendo, começando, recomeçando. (TROMBETTA, TROMBETTA, 2008, p. 228)

Definindo assim o inacabamento humano das licencianda(s), mantendo-se presente em suas falas a sede de aprender, de pesquisar e de conhecer o novo. Nos momentos em que elas pesquisavam e elaboravam as oficinas, também eram momentos formativos para elas. Os referenciais teóricos citados pelas entrevistadas foram norteadores durante a participação no Programa de Extensão e, também, depois dela, uma vez que as mesmas continuaram seus estudos em torno da Educação Popular. Especialmente, possibilitou conhecer e compreender (pelo menos um pouco) o que é a Educação Prisional Feminina.

#### 4.8 PARECER CONSTRUTIVO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROGRAMA DE EXTENSÃO

Ao final das entrevistas solicitei às entrevistadas que elas apresentassem suas críticas referentes à Extensão Universitária e ao Programa de Extensão. Compreendendo que essas seriam construtivas, tendo como finalidade a análise e reflexão, com o intuito de contribuir para a melhoria destes. Visando sintetizar suas respostas, sabendo que muitas colocações se repetiram entre as entrevistadas, apresento essas informações a partir da tabela abaixo, a qual está dividida por pontos positivos, pontos negativos e sugestões dadas pelas licencista(n)s:

*Tabela 1 - Críticas e sugestões*

	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>	<b>SUGESTÕES</b>
<b>EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – UFRGS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∞ Atuação com a comunidade.</li> <li>∞ Diferencial na formação.</li> <li>∞ Experiência com a docência.</li> <li>∞</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∞ Pouca divulgação de vagas e programas.</li> <li>∞ Atividade de exclusividade.</li> <li>∞ Inferioridade de reconhecimento dentro da academia.</li> <li>∞ Baixa oferta de vagas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∞ Ampliação dos espaços de divulgação das Extensões.</li> <li>∞ Investimento nas ações.</li> <li>∞ Horas curriculares para a atuação na Extensão.</li> </ul>
<b>PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: manualidades e direitos humanos das mulheres</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∞ Experiências singulares.</li> <li>∞ Abordagem da relação de gênero.</li> <li>∞ Novos meios de atuação da Educ. Popular</li> <li>∞ Autonomia das participantes.</li> <li>∞ Aprendizagens e práticas coletivas.</li> <li>∞ Pesquisa antes, durante e depois da atuação no PEFMP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∞ Restrição de vagas.</li> <li>∞ Poucas publicações do Programa.</li> <li>∞ Baixa remuneração (visto a peculiaridade da ação).</li> <li>∞ Insegurança na atuação no PEFMP.</li> <li>∞ Fomento restrito para o Programa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∞ Realizar publicações das ações.</li> <li>∞ Ampliar público de atuação.</li> </ul>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento do trabalho retomo a questão que mobilizou essa pesquisa: **Como a experiência em processos educativos não escolares de mulheres em situação de prisão, contribuiu para a formação de licenciada(s) do Curso de Pedagogia que atuaram neste contexto?** Assim sinalizo alguns aspectos que me levaram a analisar e a refletir sobre esse questionamento, na tentativa de respondê-lo. Busquei, então, compreender como os aportes teóricos e a legislação vigente, que abordam as temáticas da Extensão Universitária, a EJA em espaços não escolares e dos Direitos Humanos das Mulheres, fomentam a problemática em questão. Foi substancial para este trabalho a realização das entrevistas com as licenciada(s) que vivenciaram, a partir de suas participações na extensão universitária, práticas educativas não escolares no PEFMP.

Desse modo, foi possível sistematizar suas experiências relacionando-as com sua formação docente. Suas narrativas possibilitaram a autorreflexão de suas vivências e aprendizagens, gerando assim um potente material de análise.

A Extensão Universitária é um dos pilares da Universidade Pública, a partir dela podemos ter acesso aos grupos sociais que se encontram em vulnerabilidade ou em esquecimento social, uma vez que os mesmos não aparecem nas discussões curriculares do curso de Pedagogia da UFRGS. Ao suprir essa demanda, a Universidade está dando o retorno do investimento que a ela foi depositado (por se tratar de uma instituição pública) e respeitando o compromisso com a mudança social. Desse modo, o Programa de Extensão Universitária *Justiça com as próprias mãos: manualidades e direitos humanos das mulheres*, atua de forma ética, em prol da garantia dos direitos humanos das mulheres que estão em situação de privação de liberdade, mais especificamente na garantia do direito à educação. Rompe com a ideia de que a atuação da Extensão Universitária tem caráter assistencial.

As licenciada(s) valorizaram em suas falas a importância de vivenciar a extensão universitária durante a graduação. Reconhecem que este é um espaço que possibilita realizar vivências educativas que o currículo do curso não proporciona, mas que habilita o Pedagogo a atuar. Percebem essa experiência como primordial para o entendimento da proposta de Educação Popular e dos grupos populares. A partir dessa vivência, a reconhecem como um possível campo de atuação.

A autonomia das licencianda(s) foi algo a se destacar, causando em algumas, em determinado momento, sentimento de insegurança, que se sanou quando se confirmou a sua potencialidade. A autonomia das bolsistas ao selecionar materiais, propor atividades, ministrar oficinas, foi evidente. A autonomia foi, para elas, uma das contribuições que o Programa de Extensão as propiciou. Sentiram-se reconhecidas como educadoras e pesquisadoras.

Reconhecem essa experiência educativa como um meio de realizar reflexões docentes, *práxis* pedagógica. Vemos que a ação e reflexão docente, devem andar juntas, realizando frequentemente a análise da nossa prática docente. Para as licencianda(s) a *práxis* nesse espaço de atuação torna-se fundamental, quando pensada como oportunidade de aprendizagens para além da graduação.

Atuar com mulheres que estão em situação de privação de liberdade fez com que as licencianda(s) refletissem sobre seus estigmas pessoais sobre a prisão. Despiram-se de seus medos, preconceitos e do senso comum que é atribuído socialmente às pessoas que estão em situação de prisão, fazendo-as perceber aquelas mulheres como semelhantes a elas. Identificaram semelhanças de vivências, de exclusão e até mesmo de estigmas. Cria-se, então, uma relação que perpassa o espaço prisional, onde as entrevistadas permitem-se pensar em um processo de empoderamento feminino, conjuntamente às mulheres reclusas. Conforme Onofre (2015, p. 252) é assim que devemos pensar os processos educativos nas prisões, visando a (re)construção da dignidade humana e cidadania da pessoa que está nessa situação.

Considero, por fim, a importância de experimentar possibilidades de estudos em torno da educação, incluindo no sistema prisional. Porém, conscientes da dificuldade que os(as) licenciandos(as) tem em articular seus horários, visto que muitos já estão atuando no mundo do trabalho e que não podem abrir mão do mesmo, pois são suas fontes de renda e sobrevivência. A experiência na extensão e na pesquisa se torna um sonho para muitos que passam pela Universidade. Penso, então, que é necessário haver, dentro da grade curricular do curso, algumas horas destinadas à extensão, na qual o discente possa ter a oportunidade de escolha da ação. Outro ponto que viabilizaria a maior participação dos discentes na extensão seria a valorização da remuneração, sabendo que o valor ofertado para os bolsistas atualmente não chega nem na metade de um salário mínimo brasileiro, inviabilizando a participação de muitos discentes que necessitam dar conta de suas despesas.

Como trago na introdução deste trabalho, eu também já fiz parte deste Programa de Extensão. O período em que atuei com o grupo foi intenso em aprendizagens e vivências significativas. Mesmo que naquele período não estivéssemos atuando no PEFMP, já realizávamos oficinas para o público interessado na UFRGS. No entanto, através desse Trabalho de Conclusão de Curso pude analisar e perceber outras contribuições que o Programa continua oferecendo para as bolsistas. Desse modo posso fazer das palavras de Cidreira as minhas:

[...] esse grupo se formou e eu venho ainda fazer [a oficina] [...], mas ele foi crescendo junto com o Justiça com as Próprias Mãos. [O] Justiça foi crescendo e a gente foi crescendo junto, assim, aprendendo com ele. (Cidreira, trecho da entrevista realizada em dezembro de 2017)

Assim como o Programa de Extensão que continua crescendo e acolhendo licenciada(s) para o grupo, as mesmas continuam aprendendo com ele, seja direta ou indiretamente, uma vez que este programa contribuiu para sua formação como Educadoras Populares. Continuamos o nosso processo de formação e, como mulheres, continuamos na luta pelos nossos Direitos Humanos e como Educadoras pelo Direito à Educação.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. EMPODERAMENTO: INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL?: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL. **Revista Debates: A SITUAÇÃO DAS AMÉRICAS: DEMOCRACIA, CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm)> Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. **Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210**, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação **Parecer CNE/CEB 11/2000**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia..** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEXT**. Programa de Extensão Universitária. 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12241&Itemid=488&Itemid=487/proext-apresentacao](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=488&Itemid=487/proext-apresentacao)>. Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização - Junho de 2016**. Brasília: -, 2017. 65 p. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres** - Junho de 2014. Brasília: 42 p. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 210**, de 16 de janeiro de 2014. Portaria Interministerial Nº 210. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/portaria-interministerial-210-2014.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRAZ, Daniele Adriana. **Possibilidades para a profissionalização de mulheres privadas de liberdade : o caso de um Curso de Maquiagem Artística e Estética**. 2015. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/139277>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CUNHA, Aline Lemos da. **"Hstórias em múltiplos fios": o ensino de manualidades entre mulheres negras em Rio Grande (RS- Brasil) e Capitán Bermúdez (Sta. Fe - Argentina) (re)inventado pedagogias da não - formalidade ou das tramas complexas**. 2010. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2104/AlineCunhaEducao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CUNHA DELLA LIBERA, Aline Lemos da. **Catálogo de Ações da Extensão: Justiça com as próprias mãos** - Edição 2015. 2015. Disponível em: <[https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=28161](https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=28161)>. Acesso em: 03 out. 2017.

CUNHA, Aline Lemos da. Educação Popular. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3. Brasília: MMA/DEA, p. 131-140, 2014.

CUNHA, Aline Lemos da; MACHADO, Clarissa da Silva. Justiça com as próprias mãos: grupos de discussão e trabalhos manuais com mulheres negras atendidas pela Maria Mulher: os limites da/na legislação e a possibilidade de construir coletivamente alternativas viáveis para a superação de situações de opressão. In: Salão de Iniciação Científica, 23. 2011, Porto Alegre. **Resumo publicado em evento**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/48586>>. Acesso em: 05 jan. 2018

FACCO, Salete Vedovatto. **Educação ambiental em espaços não escolares : um olhar sensível e o diálogo de saberes populares em uma comunidade quilombola**. 2015. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/133601>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Jéssica. **"A que direito eu tenho direito?" os direitos da criança e do adolescente segundo jovens em conflito com a lei**. 2014. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/103331>>. Acesso em: 10 dez. 2017.



FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 110 p. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE\\_07.11.2012.pdf](https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2017

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. Disponível em: <[https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/1193485/mod\\_resource/content/1/metodologia\\_pesquisa.GERHARDTSILVEIRA2010.pdf](https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/1193485/mod_resource/content/1/metodologia_pesquisa.GERHARDTSILVEIRA2010.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2018.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. As políticas de educação para o sistema penitenciário: análise de uma experiência brasileira. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p. 29-50.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. ESCOLA NA OU DA PRISÃO? **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p.25-42, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/cc0101-32622016162554>.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A Educação na Prisão como Política Pública:: entre desafios e tarefas. In: REALIDADE, Educação e. **Educação em Prisões**. 38. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2013. p. 51-69.

LAGARDE, Marcela y De Los Rios. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas u locas**. 4ed. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LEONHARDT, Mariana. **Escolarização de Jovens e Adultas : contribuições e atribuições da escola para a reintegração de mulheres privadas de liberdade**. 2015. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/133613>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. Autonomia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 56-57.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p.01-12, abr. 2017. mensal.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p. 11-28.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar Para Jovens E Adultos Em Situação De Privação De Liberdade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p.239-255, maio 2015. Trimestral. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00239.pdf>>.  
Acesso em: 17 nov. 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

RIGO, Lucivânia Salete. **A dimensão educativa no trabalho das agentes penitenciárias no “Madre Pelletier”**. 2012. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/67842>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Superintendência dos Serviços Penitenciários. - SUSEPE. Departamento de Segurança e Execução Penal. **Dados estatísticos**. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são Direitos Humanos das Mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 321 p.

TROMBETTA, Sergio; TROMBETTA, Luis Carlos. Inacabamento. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 228-229.

SERPA, Jessica Corrêa. **DESAFIOS DA DOCÊNCIA COM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE::** “Como eu aplico todo o meu discurso de educação popular aqui?”. 2017. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165912>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o/a Sra \_\_\_\_\_,

RG: \_\_\_\_\_, para participar do Trabalho de Conclusão de Curso **da estudante Rerian Madruga Farias, RG: 1080454381**, sob a orientação da professora Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera, a qual pretende discutir a experiência discente no Programa de Extensão Justiça com as Próprias Mãos: manualidades e direitos humanos das mulheres, na sua interface com a Educação de Jovens e Adultos em Prisões. Sua participação é voluntária e se dará por meio de conceder uma entrevista que será gravada em áudio. Se você aceitar participar, estará contribuindo para as problematizações que realizamos. Se depois de consentir em sua participação o/a Senhor/a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O/A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o/a Sra. poderá entrar em contato pelo telefone (51) 33084130.

### *Consentimento Pós-Infomação*

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado/a sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei qualquer compensação e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do participante

Assinatura do Estudante-Pesquisador

Assinatura da Orientadora